ROADSHOW 2026

Todos os caminhos levam ao Brasil

O Ministério dos Transportes está abrindo caminhos para o Brasil avançar, recolocando o investimento em infraestrutura como política de Estado. Apresentamos oportunidades que totalizam **R$ 360 bilhões em 4 anos, para 32 novos projetos** de concessões rodoviárias.

Avançamos no aperfeiçoamento dos estudos e de instrumentos regulatórios e na qualidade dos projetos. Novos mecanismos de mitigação de riscos, com o objetivo de ampliar a base de investimentos privados, vão somar esforços aos recursos públicos que serão aplicados na construção de um ambiente institucional e regulatório que transformará a infraestrutura de transportes no Brasil, de forma robusta, sustentável e eficiente.

Dentro deste cenário, apresentamos ao mercado nacional e internacional o pipeline de projetos de concessões, destacando oportunidades de investimento em empreendimentos Rodoviários no Brasil.

32 leilões

R$ 360 bi em investimentos

BR-369/PR

32 LEILÕES - R$ 360 bilhões de 2023 a 2026 (previsto)

2023
2 leilões
R$ 30 bilhões

- Rodovias Integradas do Paraná - Lote 1
- Rodovias Integradas do Paraná - Lote 2

2024
7 leilões
R$ 82 bilhões

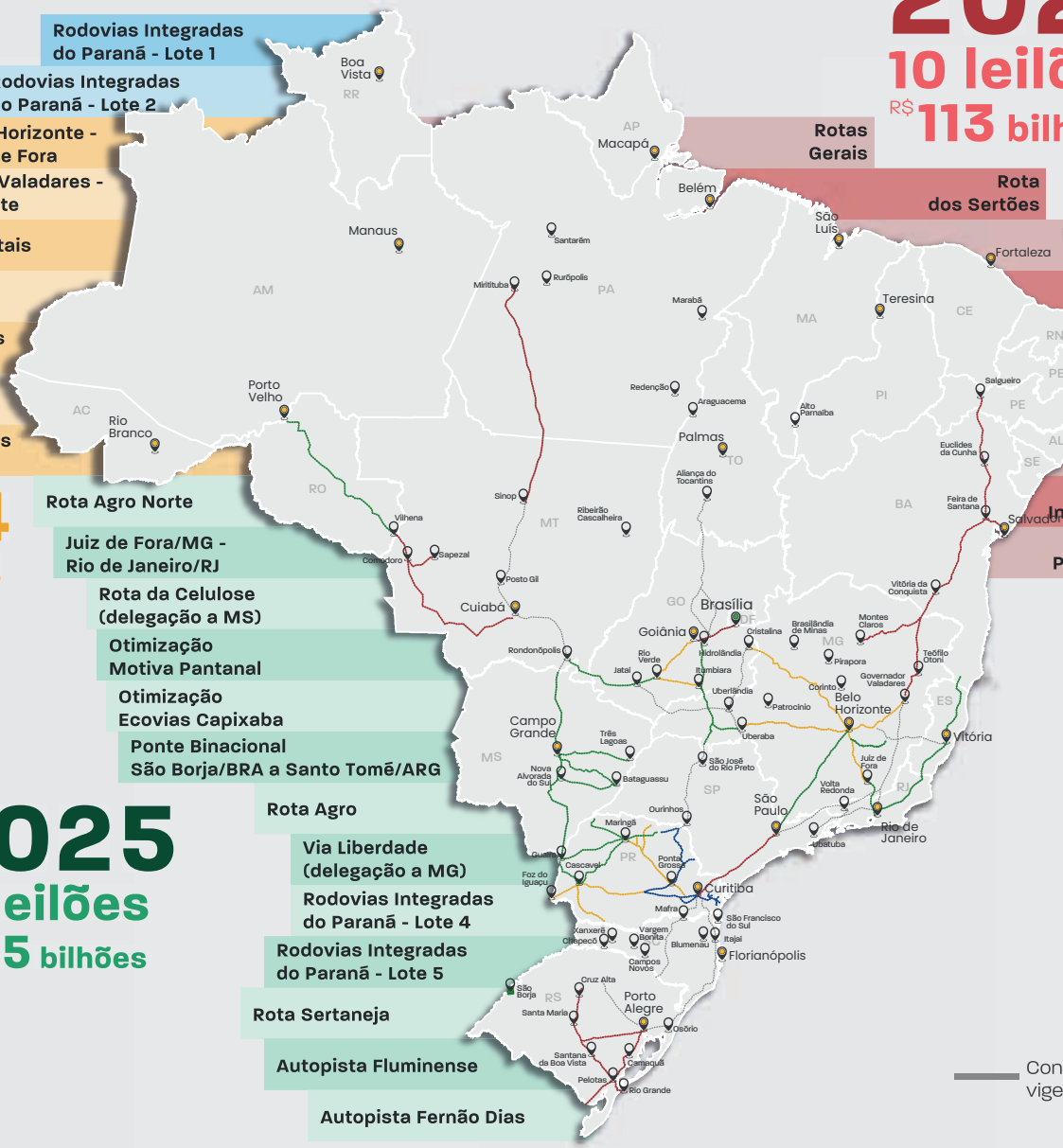
- Belo Horizonte - Juiz de Fora
- Governador Valadares - Belo Horizonte
- Rota dos Cristais
- Rota Zebu
- Rodovias Integradas do Paraná - Lote 3
- Rota Verde
- Rodovias Integradas do Paraná - Lote 6
- Rota Agro Norte
- Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ
- Rota da Celulose (delegação a MS)
- Otimização Motiva Pantanal
- Otimização Ecovias Capixaba
- Ponte Binacional São Borja/BRA a Santo Tomé/ARG

2025
13 leilões
R$ 135 bilhões

- Rota Agro
- Via Liberdade (delegação a MG)
- Rodovias Integradas do Paraná - Lote 4
- Rodovias Integradas do Paraná - Lote 5
- Rota Sertaneja
- Autopista Fluminense
- Autopista Fernão Dias

2026 (previsto)
10 leilões
R$ 113 bilhões

- Rotas Gerais
- Rota dos Sertões
- Rodovia Régis Bittencourt
- Rota do Pequi
- Rota 2 de julho
- Rota Agro Central
- Rota Arco Norte
- Rota Integração do Sul
- Rota Portuária do Sul



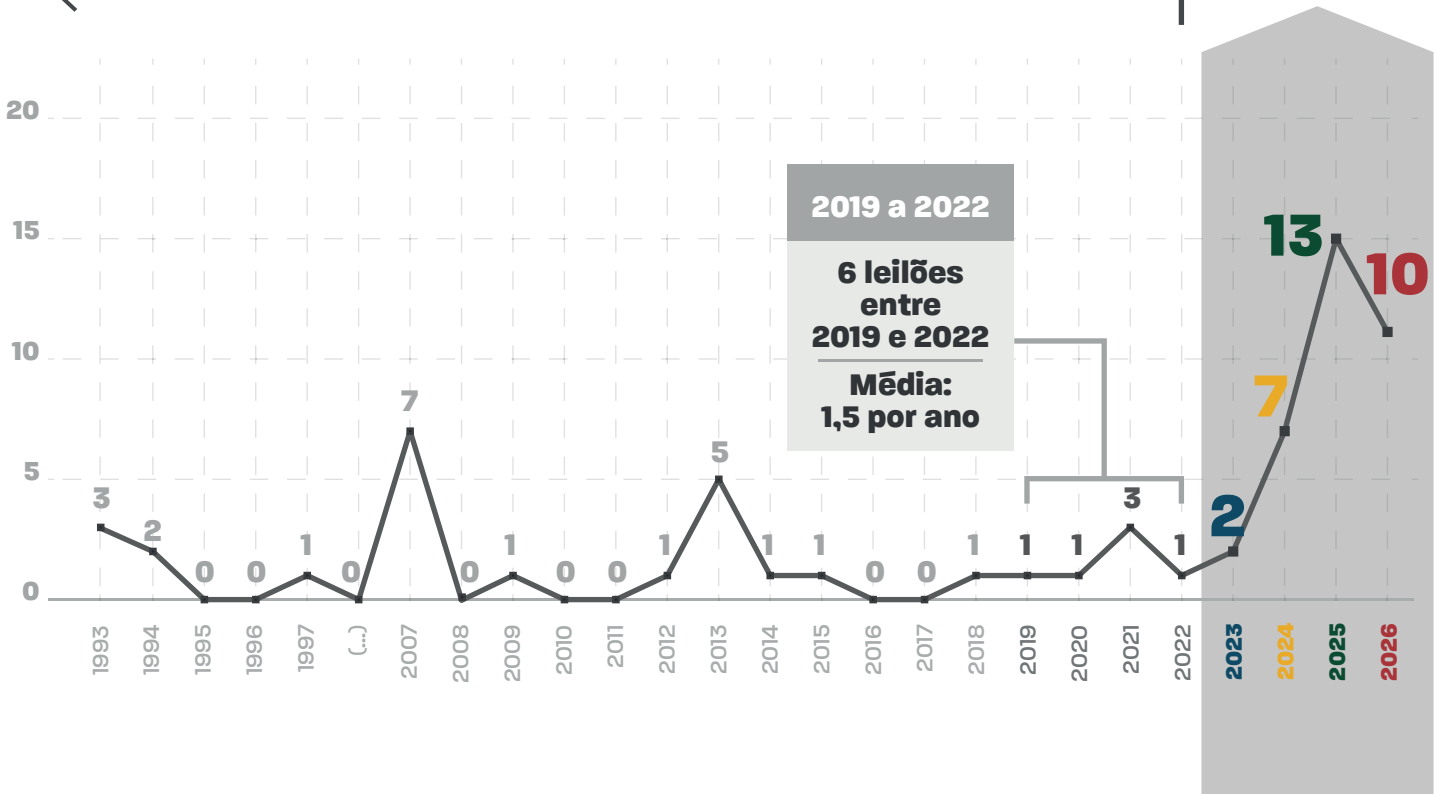
Concessões vigentes

HISTÓRICO
Leilões no Brasil

32
Leilões de
2023 a 2026

Média: 8 por ano

MÉDIA: 1 leilão por ano de 1993 até 2022



2019 a 2022

6 leilões entre 2019 e 2022

Média: 1,5 por ano

ESTRUTURA DO Ministério dos Transportes

Regulação e Fiscalização

ANTT
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

38* Concessionárias privadas

18,41 mil km

Ministério dos TRANSPORTES

Gestão direta

DNIT
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

48,54 mil km
de malha pavimentada e não pavimentada

Estruturadores de Projetos

INFRA S.A.

BNDES

BID

IFC
International Finance Corporation
WORLD BANK GROUP

*Inclui leilões realizados até dez/2025

FLUXO DE UM PROJETO DE Concessão de Rodovias

Identificação da potencialidade do trecho de projeto
MT + Infra S.A.

- Planejamento ministerial (a solicitação e definição dos trechos a serem estudados)
- Identificação de gargalo logístico

Elaboração de pré-viabilidade
MT + Estruturador

- Subsídios essenciais para a decisão do MT sobre a conveniência e oportunidade de sua concessão

Elaboração dos estudos de viabilidade técnica e financeira
MT + Estruturador

- Modelo Econômico Financeiro
- Estudos de Engenharia
- Minutas de Contrato, Edital e Programa de Exploração da Rodovia atendendo política pública ministerial
- Aprovação do estudo pelo MT

Análise do Controle Externo (TCU)
TCU

Maior segurança jurídica com a fiscalização prévia de desestatização realizados pelo poder público e pelo TCU

Aprovação do Plano de Outorga pelo MT
(Portaria MT nº 995 de 17/10/2023)
MT

Consolida as diretrizes para a política de outorga adotada e sintetiza a modalidade operacional e as condições de desestatização para o projeto de parceria, objeto da estruturação

Realização de Audiência Pública (AP)
ANTT

Franqueada aos interessados, com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições aos estudos e documentos

Publicação do Edital
ANTT

Instrumento convocatório que estabelece previamente os requisitos para ampla participação em iguais condições, publicado em português e inglês

Realização de Leilão
(na Bolsa de Valores de São Paulo - B3)
MT + ANTT

Modalidade:
Menor valor da tarifa

Critério de julgamento:
menor tarifa e **previsão de aporte no projeto** a partir de 18% de deságio

Assinatura do Contrato

Início das Obras

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS:
PORTARIA MT Nº 995, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023

PREMISSAS GERAIS:

- Privilégio ao princípio da modicidade tarifária em todos os projetos de parceria, considerando a racionalização de recursos e a sustentabilidade social e ambiental
- Padronização dos estudos, inclusive o modelo econômico-financeiro e documentos editalícios
- Critério de menor tarifa para a definição do vencedor dos certames licitatórios, com aportes pelo licitante vencedor, quando for ultrapassado o desconto máximo definido no projeto de parceria, proporcionais ao deságio ofertado, a fim de garantir a sustentabilidade financeira da concessão
- Prazo entre a publicação do Edital e a realização do Leilão, no mínimo, de 100 dias
- Possibilidade de previsão de aportes públicos, com o objetivo de viabilizar a execução de obras relevantes e manter a modicidade tarifária, desde que atendida as legislações específicas
- Modelo de gestão por incentivos, com a utilização, por exemplo, da reclassificação tarifária. Isto é, a tarifa somente é ajustada após a realização da respectiva obra
- Cláusulas que estabeleçam o regramento relativo aos prazos e formas para o tratamento das revisões previstas e de eventual reequilíbrio contratual
- Incentivo à exploração de receita extraordinária ou acessória decorrente da utilização da faixa de domínio pela própria concessionária, inclusive, e não se limitando, à comercialização em Pontos de Parada e Descanso - PPDs
- Parâmetros de desempenho de infraestrutura e operacionais definidos, de forma padronizada, com foco na modicidade tarifária e priorizando as inovações tecnológicas e a sustentabilidade ambiental, considerando as características do ativo
- Previsão de inovações tecnológicas que otimizem os tempos de atendimento operacionais e/ou incentivem a sustentabilidade ambiental, considerando, mas não se limitando, aos itens destacados a seguir:
  - Implantação de sistemas de pedagiamento automático de livre passagem (“ Free Flow”);
  - Adoção de ferramentas e instrumentos que otimizem os tempos de atendimento operacionais e/ou reduzam custos;
  - Estímulo à transição energética da frota de veículos que utilizam as concessões, com adoção de, pelo menos, 1 ponto de recarga para veículos elétricos em cada posto de Serviço de Atendimento ao Usuário - SAU e Pontos de Parada e Descanso - PPDs;
- Previsão de realização de ações afirmativas de gênero e raça
- Adesão das Concessionárias às políticas públicas de caráter social estabelecidas
- Fomento a práticas de equidade de gênero e raça na cultura organizacional das empresas relacionadas
- Prazo de concessão: 30 anos

Para mais informações acesse o nosso site na área de Portarias

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: MODELO REGULATÓRIO

PORTARIA MT Nº 995, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023

Leilão

- ✓ Uso do critério "Menor Tarifa"
- ✓ Exigência de Aporte de Recursos Vinculados para deságios agressivos (maiores do que 18%)

Tarifa Justa

- ✓ Tarifas diferenciadas para os usuários que utilizem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI)
- ✓ Sistema free flow

Resolução Célere e Técnica de Controvérsias

- ✓ Arbitragem para resolução de controvérsias relativas a direitos patrimoniais disponíveis decorrentes do Contrato e seus Anexos, ou instrumentos a ele relacionados, nos termos do Decreto nº 10.025, de 20 de setembro de 2019
- ✓ Dispute Board: Mecanismo de gestão contratual e de mitigação de risco à regular execução do Contrato, com possibilidade de constituição de Comitê de Prevenção e Resolução de Disputas para prevenir e solucionar divergências de natureza técnica ou econômico-financeira, nos termos do art. 23-A da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e do art. 151 da Lei nº 14.133/2021

Free Flow

- ✓ Novo clausulado permite que novas praças de pedágio a serem implantadas, conforme pontos indicados no PER, possam ser substituídas pelo Sistema Free Flow
- ✓ Garantido o equilíbrio econômico financeiro do contrato

Estabilidade Tarifária

- ✓ Previsão de Recursos Vinculados a serem depositados nas Contas da Concessão para formação de reserva de contingência da Concessão a serem utilizados para recomposição do equilíbrio contratual e inclusão de investimentos
- ✓ Fatores de reequilíbrio para antecipação, postergação e inclusão de obras, incidentes sobre a alíquota dos recursos vinculados
- ✓ Proteção especial contra eventos que podem ensejar variações tarifárias (custo de insumos, demanda e câmbio)

Qualidade dos Projetos e das Obras

- ✓ Previsão de Verificador acreditado como organismo de avaliação da conformidade: certificado de inspeção de projetos executivos, certificado de inspeção referente às obras e serviços executados nas fases de recuperação e manutenção, certificado de inspeção referente às práticas de ESG (Environmental, Social and Corporate Governance)
- ✓ Celeridade na aprovação dos projetos

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: MODELO REGULATÓRIO

PORTARIA MT Nº 995, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023

Regulação por incentivos

✓Modulações nas obrigações financeiras em função do cumprimento do contrato

✓Procedimento de aumento da Tarifa de Pedágio, de acordo com a forma e valores predefinidos no Contrato, para Trechos Homogêneos onde, no mínimo, 90% das obras de referência tenham sido concluídas

Recuperação de receita - Reclassificação Tarifária

✓Novo clausulado que permite recuperação de parte da receita frustrada pelo adiamento da reclassificação tarifária

✓Caso a entrega de obras passíveis de Reclassificação Tarifária ocorra em atraso, a Concessionária poderá recuperar parte da receita frustrada pelo adiamento da Reclassificação Tarifária

✓Atrasos superiores a 5 anos frente aos prazos estabelecidos no PER (Programa de Exploração da Rodovia) original não serão objeto de recuperação

✓A Receita Tarifária Líquida frustrada será calculada a partir do tráfego realizado, das tarifas efetivamente cobradas e as tarifas calculadas como se houvesse reclassificação, corrigida exclusivamente pela variação do IPCA entre o ano da receita frustrada e o ano da conclusão da obra

Matriz de riscos

✓Alocação equilibrada de riscos, protegendo o projeto e criando incentivos para o cumprimento do contrato

✓Mecanismos de proteção cambial, de risco de preço de insumos e de demanda

Sustentabilidade Ambiental

✓Exigência de atendimento a parâmetros socioambientais nos investimentos (International Finance Corporation - IFC)

✓Programa Carbono Zero para neutralizar as emissões da operação da Concessão

✓Programa de Resiliência Climática e Responsabilidade Socioambiental

Outras inovações

✓Regras claras para as hipóteses de Extinção Antecipada

✓Previsão de Acordo Direto com os financiadores

Penalidades

✓Listagem mais objetiva das penalidades aplicáveis

✓Valores de multas proporcionais aos descumprimentos contratuais

✓Critérios claros e limites para a contagem de multas moratórias

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: MATRIZ DE RISCO

PORTARIA MT Nº 995, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023

Mecanismo de Compartilhamento do Risco

Variação de Receita Tarifária

- A aplicação do Mecanismo de Compartilhamento do Risco de Demanda é objetiva.
- Comparação entre a demanda real acumulada e a demanda de referência (EVTEA) calculado anualmente.

Existência de praças de pedágio
- Fator de compartilhamento: 50% - 50%
- Risco privado: banda de -10% a +10%
- Risco compartilhado: < -10% e > 10%

Inexistência de praças de pedágio
- Fator de compartilhamento: 80% - 20%
- Risco privado: banda de -5% a +5%
- Risco compartilhado: < -5% e > 5%

Variação cambial

- É decorrente de instrumento(s) de financiamento em moeda estrangeira firmado(s) nos primeiros 5 anos a partir da assinatura do Contrato, e somente poderá ser aplicado à parcela de financiamento relativa aos investimentos previstos vinculados aos Bens Reversíveis.
- Aplicabilidade apenas para o montante de principal de financiamentos em moeda estrangeira.
- Periodicidade de amortização de principal anual, semestral ou trimestral, independentemente de carência.
- Em até 12 (doze) meses contados da Data de Assunção, a Concessionária deverá informar ao Poder Concedente seu interesse em ativar o Mecanismo de Proteção Cambial.
- Uma vez ativado o Mecanismo de Proteção Cambial, a Concessionária não poderá cancelá-lo e, tampouco, acionar o Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço de Insumo.

Variação dos custos de insumos

- Compartilhamento dos efeitos extraordinários de eventos que impactem exclusivamente as variações nos preços de insumos e a Receita Tarifária da Concessão, inclusive nas hipóteses de caso fortuito ou força maior.
- O Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço de Insumo tem a finalidade exclusiva de compensar parcialmente no reajuste da Tarifa de Pedágio, a diferença financeira entre (i) os efeitos da aplicação da variação do IRT e (ii) os efeitos da aplicação da variação do ICR, visando a refletir a atualização monetária dos custos incorridos pela Concessionária para a execução do Contrato.
- Em até 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Assunção, a Concessionária deverá informar à ANTT seu interesse em ativar o Mecanismo, definindo o percentual escolhido, limitado a 30% (trinta por cento) da Receita Tarifária da Concessionária.
- Uma vez ativado o Mecanismo, a Concessionária não poderá cancelá-lo, alterar o percentual de compartilhamento escolhido e, tampouco, acionar o Mecanismo de Proteção Cambial.
- Como condição para aplicação do Mecanismo, no mínimo 90% (noventa por cento) das Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias previstas no PER deverão estar concluídos até o momento da sua aferição.

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: MATRIZ DE RISCO

PORTARIA MT Nº 995, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023

Riscos compartilhados com percentuais pré-definidos

Riscos residuais

✓Os riscos serão partilhados entre a Concessionária e o Poder Concedente somente se o total da somatória dos seus impactos exceder 2% da Receita Tarifária bruta anual em um único Ano de Concessão

✓Risco extraordinário: tratamento estatístico receita e insumos

Condicionantes das Licenças Ambientais

✓Compartilhamento dos riscos associados à variação nos custos e investimentos para cumprir as condicionantes das licenças, permissões e autorizações da Concessão do que exceder do montante previsto no contrato:

- 80% poder concedente
- 20% Concessionária

Impactos Free-flow

✓ Inadimplência

Desapropriação

✓Compartilhamento do que exceder do montante previsto no contrato:

- 80% poder concedente
- 20% Concessionária

Acidentes Geotécnicos Extraordinários

✓Construção de rotas alternativas;

✓Tratamento e estabilização de talude;

✓Reconstrução do leito estradal;

✓Movimentações de material;

✓Reconstrução e reconformação de dispositivos de drenagem;

✓Tratamento das áreas degradadas e possíveis indenizações em consequência do evento.

Os custos das intervenções necessárias à restauração da normalidade em taludes objeto de acidentes geotécnicos extraordinários, serão compartilhados da seguinte forma:

- 80% poder concedente
- 20% Concessionária

LEILÕES
Informações Financeiras

Capital Social Mínimo Obrigatório: Máximo entre 15% do Fluxo de Caixa (FCFF) negativo projetado e a necessidade de caixa dos dois primeiros anos, sendo que 50% é integralizado à título de primeira parcela.

Caso ocorra captação líquida de capital de terceiros para o Aporte de Recursos Vinculados (acima de 18% de deságio) antes da assinatura do Contrato, o capital social a ser subscrito e integralizado será reduzido proporcionalmente ao valor de captação líquida de capital de terceiros até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor relativo ao Aporte de Recursos Vinculados.

Considera-se captação líquida de capital de terceiros a diferença entre:

a. os recursos financeiros transferidos para a Concessionária oriundos de contratos de abertura de crédito, emissão de debêntures, nota promissória, entre outros, estabelecidos pela Concessionária com parte não relacionada ao seu grupo econômico, com prazo superior a 2 anos; e

b. pagamentos feitos a título de juros, amortização e encargos de dívidas ou empréstimos assumidos pela Concessionária.

Garantia da Proposta: 1% do Valor Presente Líquido - VPL (receita)

Poderá ser prestada em dinheiro, títulos da dívida pública, título de capitalização, seguro garantia ou fiança bancária.

Vigência de no mínimo 1 ano a contar da Data de Recebimento dos Envelopes.

Garantia de Execução do Contrato: garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais.

5% do VPL (receita) até a conclusão das Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias descritas no PER e nos 2 últimos anos do contrato.

2,5% do VPL (receita) no restante do período.

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada à conclusão das Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias e Obras de Manutenção de Nível de Serviço descritas no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

FINANCIAMENTO
de Concessões Rodoviárias BNDES

O **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social** é uma instituição financeira pública brasileira que promove o desenvolvimento econômico e social, apoiando projetos de infraestrutura para o crescimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

O BNDES financia concessões rodoviárias federais, oferecendo suporte por meio de sua equipe do Departamento de Infraestrutura e Concessões Rodoviárias (AINFRA/DECRO).

Lei Nº 14.937, de 26 de julho de 2024

Na hipótese de financiamento de projetos de concessão, para exploração de serviços públicos, a instituição financeira poderá adotar a parcela prefixada da TLP e as Taxas Prefixadas vigentes na data do respectivo leilão

Acesse mais informações sobre o BNDES

Formas de apoio:

- BNDES finem
- BNDES debêntures em ofertas públicas
- BNDES garantia
- Subcrédito backstop

Taxa de juros: Composta pelo custo de captação e remuneração do BNDES.

Prazos: Até 34 anos, com desembolsos realizados conforme o progresso dos investimentos.

Volume de Dívida: Até 100% dos investimentos financiáveis, limitado a 80% dos investimentos totais, considerando a necessidade de financiamento do projeto e restrito à sua capacidade de pagamento.

Garantias:

- **Garantias mínimas:** Penhor ou alienação fiduciária das ações de emissão da SPE e penhor ou cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos valores do sistema de contas exigidos para a operação.
- **Garantias período do pré-completion:** Em caso de identificação de riscos não mitigados, poderá exigir garantias adicionais, como fiança corporativa, fiança bancária ou compromisso de aporte de capital (ESA), entre outras.

Fonte: Sítio Eletrônico BNDES
e-mail: ainfra@bndes.gov.br

Portaria MT nº 995/2023 - Nova Política de Outorgas

DEBÊNTURES Incentivadas e de Infraestrutura

Quer saber mais?

Acesse o Guia de Debêntures e a Cartilha do Ministério dos Transportes para orientações nos QR Codes abaixo:

Acesse o Guia de Debêntures

Acesse a Cartilha para conhecer os procedimentos no portal Gov.BR

Legislação Referencial:

- Lei nº 12.431/2011
- Lei nº 14.801/2024
- Decreto nº 11.964/2024
- Portaria MT nº 689/2024

O que são?

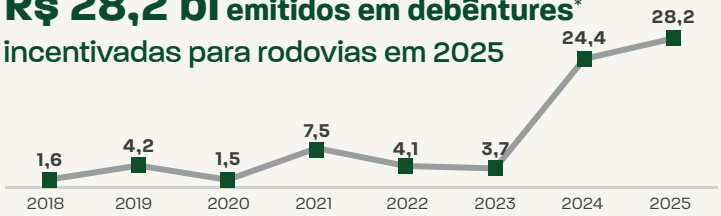
As **debêntures incentivadas** e as **debêntures de infraestrutura** são instrumentos com incentivo fiscal cujo objetivo é facilitar a captação de recursos no mercado de capitais para financiar investimentos em infraestrutura.

- ✓ **Debêntures incentivadas** dão incentivo fiscal para o **comprador**: isenção de IRPF e alíquota reduzida a 15% para IRPJ.
- ✓ **Debêntures de infraestrutura** dão incentivo fiscal para o **emissor**: dedução de 130% da remuneração paga na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL.

Por que emitir?

As debêntures incentivadas são um **título consolidado** no mercado brasileiro. Impulsionadas por esse sucesso, as de infraestrutura foram criadas em 2024 com diferenciais para atrair **investidores estrangeiros** e **fundos de pensão**.

R$ 28,2 bi emitidos em debêntures* incentivadas para rodovias em 2025



*A preços de fev/2025 (correção pelo IPCA)

A nova regulamentação do Ministério dos Transportes para os dois tipos de debêntures garantiu **desburocratização**, dispensando aprovação prévia. Os **procedimentos** foram **simplificados**, dando a **segurança jurídica** e a **celeridade** necessárias para captação.

Os **novos projetos** de concessão rodoviária **já se enquadram** nos critérios de **sustentabilidade ambiental e social** exigidos pelo Ministério para emissão de debêntures, tornando os títulos ainda mais competitivos.

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Portaria Nº 622, de 28 de junho de 2024

Estabelece diretrizes para alocação de recursos em contratos de concessão rodoviária visando ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente, à mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e à transição energética.

Aplicação de, no mínimo, 2,5% do Modelo Econômico Financeiro - MEF para Sustentabilidade ambiental e resiliência climática

Diretrizes Ambientais

- Busca por alternativas sustentáveis de coleta e descarte de recursos para a redução do impacto no meio ambiente
- Mitigação das mudanças climáticas por meio da redução na emissão de poluentes (GEE)
- Incentivo à eficiência energética e uso de fontes de energia renováveis
- Conservação da fauna e flora e mitigação de danos ao ecossistema

Acesse mais informações sobre a portaria

Planalto Sul - BR-116/SC

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E Infraestrutura Resiliente

Portaria Nº 622, de 28 de junho de 2024

Infraestrutura Resiliente

- 1% (um por cento) da receita bruta da concessão previsto no Modelo Econômico Financeiro - MEF, alocado nos recursos vinculados, para o desenvolvimento de infraestrutura resiliente, com o objetivo de reduzir os impactos na infraestrutura rodoviária decorrentes das mudanças do clima;
- Ações de acompanhamento, registro e enfrentamento de eventos climáticos extremos e de antecipação e prevenção de possíveis danos.

✓ Adaptação às Mudanças Climáticas
✓ Resposta a Ameaças Emergentes
✓ Promoção da Inovação e Tecnologia
✓ Redução de Riscos e Custos
✓ Sustentabilidade e Conservação de Recursos
✓ Segurança e Continuidade Operacional
✓ Crescimento Econômico e Desenvolvimento Social

Diretrizes dos padrões de desempenho da Internacional Finance Corporation (IFC)

✓ Investimentos previstos no Modelo Econômico Financeiro - MEF que, em média, correspondem a 1,5% da Tarifa Básica de Pedágio
✓ Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais
✓ Condições de Trabalho e Emprego
✓ Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição
✓ Saúde e Segurança da Comunidade
✓ Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário
✓ Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos
✓ Povos Indígenas
✓ Patrimônio Cultural

Nova 364/MT

NOVA POLITICA DE SEGURANÇA VIÁRIA E PATRIMONIAL:

Institui nova Política com o objetivo de estabelecer diretrizes integradas para a segurança viária e patrimonial nos segmentos da malha rodoviária federal, promovendo a proteção dos usuários, trabalhadores e bens públicos.

É orientada pelas seguintes diretrizes:

- ✓ Implantação de dispositivos de engenharia voltados à preservação da vida, como a execução de obras de ampliação de capacidade, correções de traçado, barreiras físicas, passarelas e sinalização adequada;
- ✓ Estabelecimento de metas de redução de sinistros por trecho;
- ✓ Tratamento de trechos críticos com tecnologia e soluções de engenharia;
- ✓ Fomento à priorização da execução de Investimentos em infraestrutura crítica;
- ✓ Promoção de campanhas educativas de trânsito;
- ✓ Monitoramento contínuo de indicadores de acidentalidade;
- ✓ Elaboração de planos de segurança viária, com foco em pontos críticos;
- ✓ Fomento à implantação de videomonitoramento inteligente com detecção automática de incidentes;
- ✓ Definição de protocolos de segurança para instalações críticas;
- ✓ Fomento a parcerias e uso de tecnologias e equipamentos voltados à rastreabilidade e monitoramento que possibilitem rastreabilidade de cargas, prioritariamente as sensíveis;
- ✓ Cooperação operacional com a Polícia Rodoviária Federal e demais forças de segurança visando fortalecer o patrulhamento ostensivo em áreas de risco;
- ✓ Fomento à integração dos Centros de Controle Operacionais das concessionárias ao Centro Nacional Operacional da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; e
- ✓ Fomento à implantação de Centros de Controle Operacionais pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Para mais informações acesse o nosso site na área de Portarias

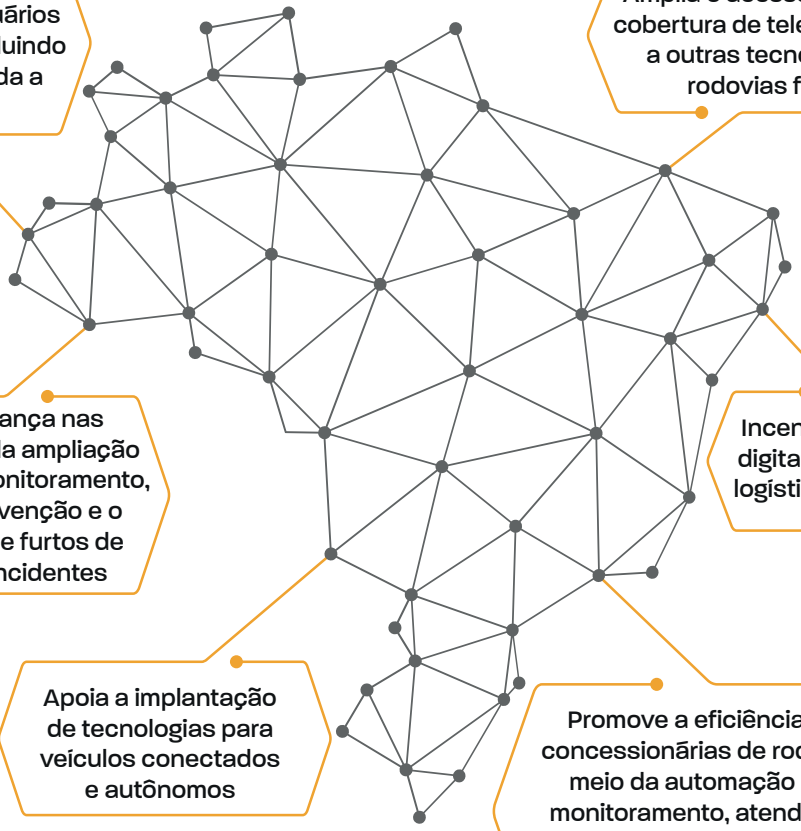
BR-116/SP

NOVA POLITICA DE CONECTIVIDADE:

Institui a Política Nacional de Conectividade em Rodovias Federais, instrumento essencial para modernizar a infraestrutura viária do país, ampliar o acesso à informação, promover a segurança nas estradas e garantir melhor comunicação entre os usuários, as concessionárias e o Poder Público:

Possibilita a comunicação e o diálogo digital com os usuários das rodovias federais, incluindo canais de resposta rápida a emergências

Amplia o acesso à internet, à cobertura de telefonia móvel e a outras tecnologias nas rodovias federais



Promove a segurança nas rodovias, por meio da ampliação de tecnologias de monitoramento, favorecendo a prevenção e o combate a roubos e furtos de cargas e outros incidentes

Incentiva a inovação e a digitalização de serviços logísticos e de transporte

Apoia a implantação de tecnologias para veículos conectados e autônomos

Promove a eficiência operacional das concessionárias de rodovias federais, por meio da automação de processos de monitoramento, atendimento ao usuário, manutenção e gestão de incidentes, reduzindo custos operacionais e ampliando a qualidade dos serviços prestados

Para mais informações acesse o nosso site na área de Portarias

CONTRATOS DE CONCESSÃO
Rodoviários vigentes até 2026

	Concessionária	Assinatura do Contrato	Extensão (km)	Total Bilhões R$(Dez/2024)		
				Capex	Opex	Capex + Opex
1	**Autopista Litoral Sul** BR-116-376/PR and BR-101/SC	14/02/2008	405,90	6,33	5,48	11,81
2	**Autopista Planalto Sul** BR-116/PR/SC	14/02/2008	412,70	2,24	3,26	5,48
3	**Transbrasiliana** BR-153/SP	14/02/2008	321,60	2,53	2,31	4,84
4	**Ecovias Minas Goiás** BR-050/GO/MG	05/12/2013	436,60	6,18	4,01	10,19
5	**Concebra** BR-060/153/262/DF/GO/MG	31/01/2014	733,80	9,23	4,63	13,86
6	**Nova Rota do Oeste** BR-163/MT	12/03/2014	850,90	8,07	4,64	12,71
7	**Ecovias Ponte** BR-101/RJ	18/05/2015	13,20	2,34	1,55	3,89
8	**Via Sul** BR-101/290/386/448/RS	11/01/2019	472,00	11,00	7,96	18,96
9	**Ecovias Cerrado** BR-364/365/MG/GO	19/12/2019	437,00	3,10	3,81	6,91
10	**Via Costeira** BR-101/SC	06/07/2020	220,42	4,58	4,78	9,36
11	**Ecovias Araguaia** BR-153/080/414/TO/GO	29/09/2021	850,70	10,62	8,44	19,06
12	**Rio SP** BR-116/101/SP/RJ	28/01/2022	625,80	20,12	14,79	34,91
13	**Via Brasil** BR-163/230/MT/PA	01/04/2022	1.009,52	2,55	1,43	3,98
14	**Ecovias Rio Minas** BR-116/465/493/RJ/MG	19/08/2022	726,90	12,93	11,63	24,56
15	**EPR Litoral Pioneiro** BR-153/277/369/PR e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855	30/01/2024	604,16	11,87	7,63	19,50
16	**Via Araucária** BR-277/373/376/476/PR e PR-418/423/427	30/01/2024	473,01	9,35	6,11	15,46
17	**Via Mineira** BR-040/MG	04/07/2024	232,10	5,37	3,89	9,26
18	**Nova 381** BR-381/MG	23/01/2025	303,40	6,10	4,11	10,21
19	**Via Cristais** BR-040/GO/MG	10/02/2025	594,80	6,86	5,91	12,77

2023 2024

CONTRATOS DE CONCESSÃO
Rodoviários vigentes até 2026

	Concessionária	Assinatura do Contrato	Extensão (km)	Total Bilhões R$(Dez/2024)		
				Capex	Opex	Capex + Opex
20	**Way-262** BR-262/MG	14/02/2025	438,90	4,65	4,37	9,02
21	**Rota Verde Goiás** BR-060/452/GO	28/03/2025	426,20	4,21	2,96	7,17
22	**EPR Iguaçu** BR-163/277PR e PR-158/180/182/280/483	11/04/2025	662,10	13,48	7,94	21,42
23	**PR Vias** BR-369/373/376/PR e PR-090/170/323/445	14/04/2025	569,75	10,58	6,47	17,05
24	**Nova 364** BR-364/RO	18/07/2025	686,70	6,63	4,05	10,68
25	**Motiva Pantanal** BR-163/MS	01/08/2025	847,20	10,36	8,25	18,61
26	**Ecovias Capixaba** BR-101/ES/BA	12/09/2025	475,90	7,71	3,61	11,31
27	**Nova Estrada Real** BR-040/495/RJ/MG	02/10/2025	218,90	5,49	4,18	9,67
28	**Rota da Celulose (rodovias delegadas ao estado de MS)** BR-262/267/MS e MS-040/338/395	30/11/2025	870,30	6,91	3,19	10,10
29	**Ponte Binacional São Borja/BRA - Santo Tomé/ARG** BR-287/RS - Brasil-Argentina	25/11/2025	15,20	0,19	0,40	0,59
30	**Rota Agro** BR-060/364/GO/MT	20/11/2025	490,06	4,49	2,88	7,37
31	**Via Liberdade (rodovias delegadas ao estado de MG)** BR-356/MG e MG-262/329	-	190,0	3,63	1,95	5,58
32	**Rodovias Integradas do Paraná - Lote 4** BR-272/369/376/PR e PR-182/272/317/323/444/862/897/986	06/02/2026*	627,52	10,82	7,37	18,19
33	**Rodovias Integradas do Paraná - Lote 5** BR-163/368/467/PR e PR-158/317/467/977/978	06/02/2026*	432,77	6,68	5,18	11,86
34	**Rota Sertaneja** BR-153/262/GO/MG	20/02/2026*	530,60	5,53	4,95	10,48
35	**Autopista Fluminense** BR-101/RJ	06/03/2026*	322,10	6,06	4,12	10,18
36	**Motiva MG/SP** BR-381/MG/SP	15/04/2026*	569,00	9,50	5,40	14,90
37	**Rotas Gerais** BR-116/251/MG	31/03/2026	734,90	7,34	5,82	13,16
38	**Rota dos Sertões** BR-116/324/BA/PE	28/05/2026	502,00	6,27	5,08	11,35
39	**Autopista Régis Bittencourt** BR-116/SP/PR	23/07/2026	383,25	4,13	4,4	8,53
		Total	**19.717,86**	**276,03**	**198,94**	**474,94**

2024 2025 2026

*Previsão

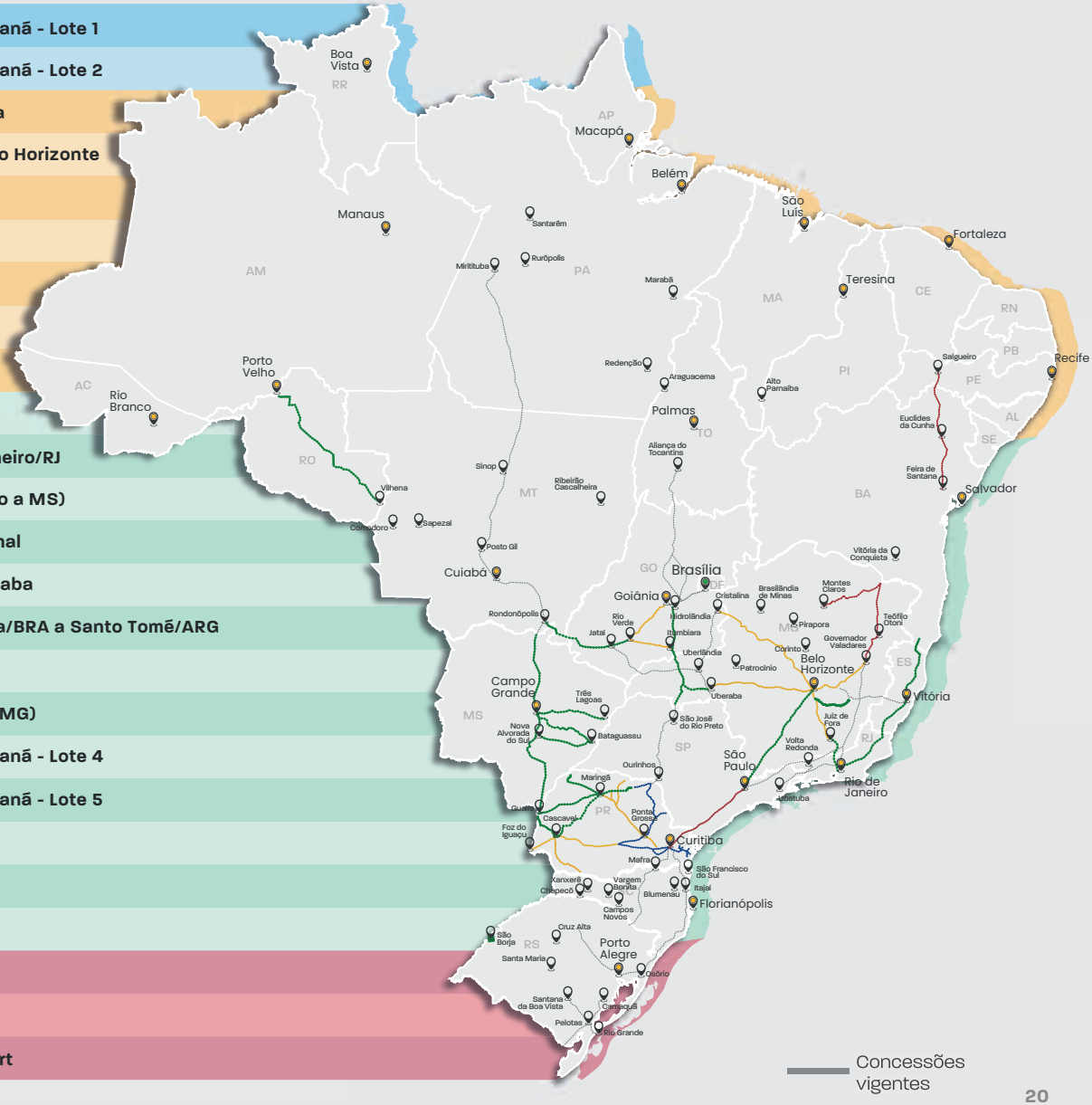
MAPA DA CARTEIRA
contratada 2023 a 2026

2023
- Rodovias Integradas do Paraná - Lote 1
- Rodovias Integradas do Paraná - Lote 2

2024
- Belo Horizonte - Juiz de Fora
- Governador Valadares - Belo Horizonte
- Rota dos Cristais
- Rota Zebu
- Rodovias Integradas do Paraná - Lote 3
- Rota Verde
- Rodovias Integradas do Paraná - Lote 6
- Rota Agro Norte
- Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ
- Rota da Celulose (delegação a MS)
- OTIMIZAÇÃO Motiva Pantanal
- OTIMIZAÇÃO Ecovias Capixaba

2025
- Ponte Binacional - São Borja/BRA a Santo Tomé/ARG
- Rota Agro
- Via Liberdade (delegação a MG)
- Rodovias Integradas do Paraná - Lote 4
- Rodovias Integradas do Paraná - Lote 5
- Rota Sertaneja
- Autopista Fluminense
- Autopista Fernão Dias

2026
- Rotas Gerais
- Rota dos Sertões
- Autopista Régis Bittencourt



25 LEILÕES 2023 a 2026

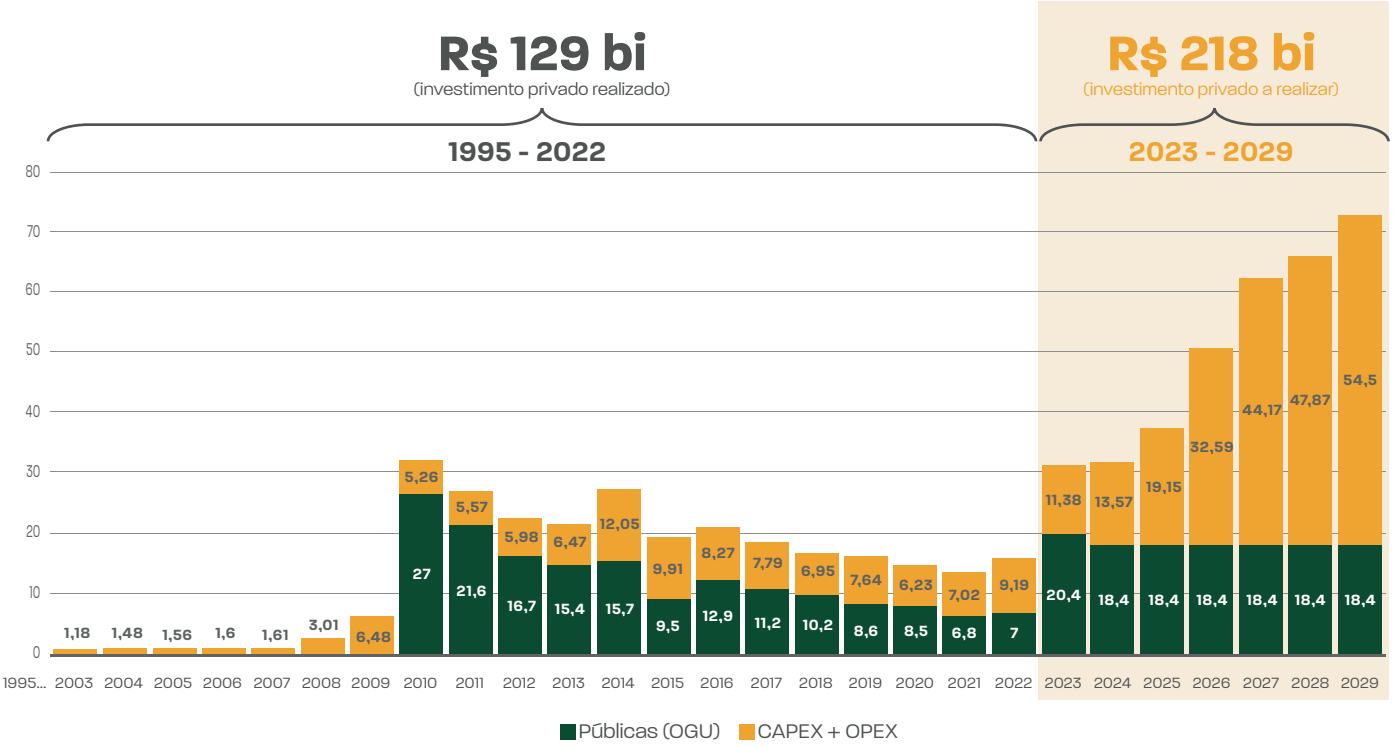
	Concessões	Ext. km	CAPEX R$ (bi)	OPEX R$ (bi)	CAPEX +OPEX	Leilão	Qnt. Particip.	Vencedor	Assinatura do Contrato ou Termo Aditivo	Início da Operação	Deságio
2023 R$30bi	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 1	473,01	7,91	5,16	13,07	25/08	2	Infraestrutura Holding XXI S.A.	30/01/2024	28/02/2024	18,25%
	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 2	604,16	10,78	6,45	17,23	29/09	1	Consórcio Infraestrutura PR	30/01/2024	28/02/2024	0,08%
2024 R$82bi	Belo Horizonte - Juiz de Fora	232,10	5,04	3,65	8,69	11/04	3	Consórcio Infraestrutura MG	04/07/2024	06/08/2024	11,21%
	Governador Valadares - Belo Horizonte	303,40	5,58	3,76	9,34	29/08	1	4UM Investimentos	23/01/2025	03/02/2025	0,94%
	Rota dos Cristais	594,80	6,49	5,60	12,09	26/09	4	VINCI Highways S.A.S	10/02/2025	10/03/2025	14,32%
	Rota Zebu	438,90	4,39	4,14	8,53	31/10	2	Rotas do Brasil S.A.	14/02/2025	20/03/2025	15,30%
	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 3	569,75	9,87	6,04	15,91	12/12	3	CCR S.A.	14/04/2025	08/05/2025	26,60%
	Rota Verde	426,20	4,03	2,84	6,87	12/12	4	Consórcio Rota Verde Goiás	28/03/2025	28/04/2025	18,07%
	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 6	662,10	12,67	7,44	20,11	19/12	1	Consórcio Infraestrutura PR	11/04/2025	08/05/2025	0,08%
2025 R$135bi	Rota Agro Norte	686,70	6,35	3,88	10,23	27/02	1	4UM-OPPORTUNITY	18/07/2025	21/08/2025	0,05%
	Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ	218,90	5,02	3,82	8,84	30/04	3	Nova Estrada Real	02/10/2025	01/11/2025	14,00%
	Rota da Celulose (delegação a MS)	870,30	6,91	3,19	10,10	08/05	4	Consórcio Caminhos da Celulose	30/11/2025*	30/12/2025*	9,00%
	OTIMIZAÇÃO Motiva Pantanal	847,20	9,44	7,15	16,59	22/05	4	Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A	01/08/2025	01/09/2025	0,05%
	OTIMIZAÇÃO Ecovias Capixaba	478,70	7,06	3,31	10,37	26/06	1	EcoRodovias	12/09/2025	12/10/2025	0,05%
	Ponte Binacional S. Borja/BRA a Sto. Tomé/ARG	15,20	0,18	0,39	0,57	16/07	3	CSINFRA	25/11/2025	02/12/2025	0,38%
	Rota Agro	490,07	4,42	2,84	7,26	14/08	5	Way Concessões S.A.	03/03/2026	03/04/2026	19,60%
	Via Liberdade (delegação a MG)	190,10	3,63	1,95	5,58	18/09	2	Consórcio Rota da Liberdade	20/01/2026	20/02/2026	13,20%
	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 4	627,52	10,82	7,37	18,19	23/10	4	Consórcio Infraestrutura PR	06/02/2026	09/03/2026	21,30%
	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 5	432,77	6,68	5,18	11,86	30/10	2	Reune Rodovias Holding II S.A. (Grupo Pátria)	16/03/2026	16/04/2026	21,83%
	Rota Sertaneja	530,60	5,53	4,95	10,48	06/11	4	Way Concessões (Corretora Safra)	03/03/2026	03/04/2026	24,80%
	Autopista Fluminense	322,10	6,06	4,12	10,18	11/11	1	Ateris SA (Corretora Itaú)	06/03/2026	06/04/2026	0,00%
	Autopista Fernão Dias	569,00	9,50	5,40	14,90	11/12	3	Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A (Terra)	11/05/2026	11/06/2026	17,05%
2026 R$32,8bi	Rotas Gerais	734,90	7,34	5,82	13,16	31/03	3	EcoRodovias Concessões e Ser. S.A. (Mirae Asset)	03/06/2026	03/07/2026	19,00%
	Rota dos Sertões	502,00	6,27	5,08	11,35	28/05	3	Consórcio 116 Sertões (Galapagos)	11/09/2026*	11/10/2026*	19,60%
	Autopista Régis Bittencourt	383,25	4,13	4,4	8,53	23/07	3	EPR Participações S.A.	21/12/2026*	21/01/2027*	22,53%
	Total	12.198	165,7	114,3	280						

*Previsão

INVESTIMENTOS PÚBLICOS X PRIVADOS

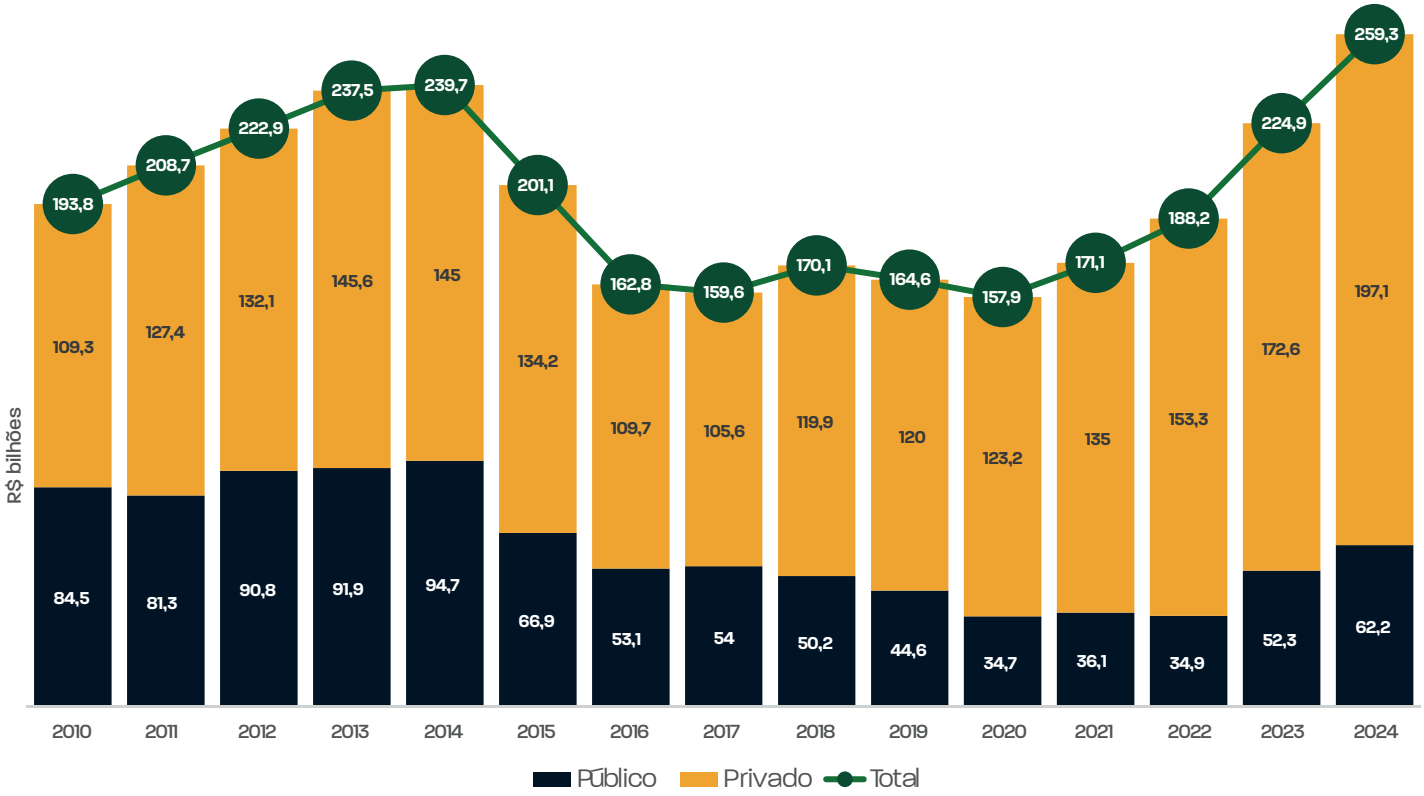
Rodovias Públicas e Concessões

A previsão de investimentos privados entre 2023 e 2029, 7 anos é de R$ 218 bilhões,
enquanto o valor executado nos últimos 27 anos foi de R$ 129 bilhões de 1995 até 2022



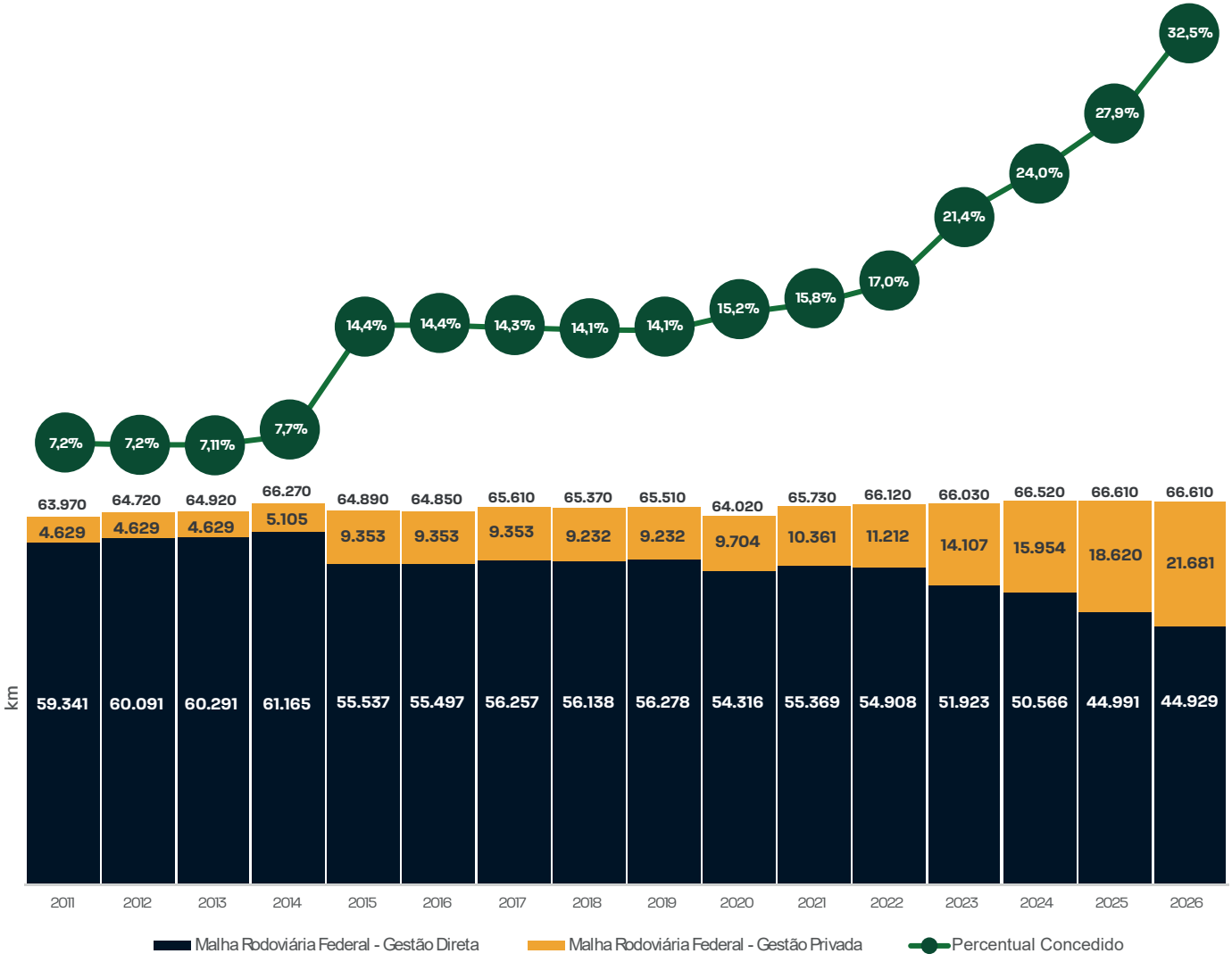
AMPLIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS
em Infraestrutura Públicos e Privados

(Livro azul da Infraestrutura 2024/ABDIB)



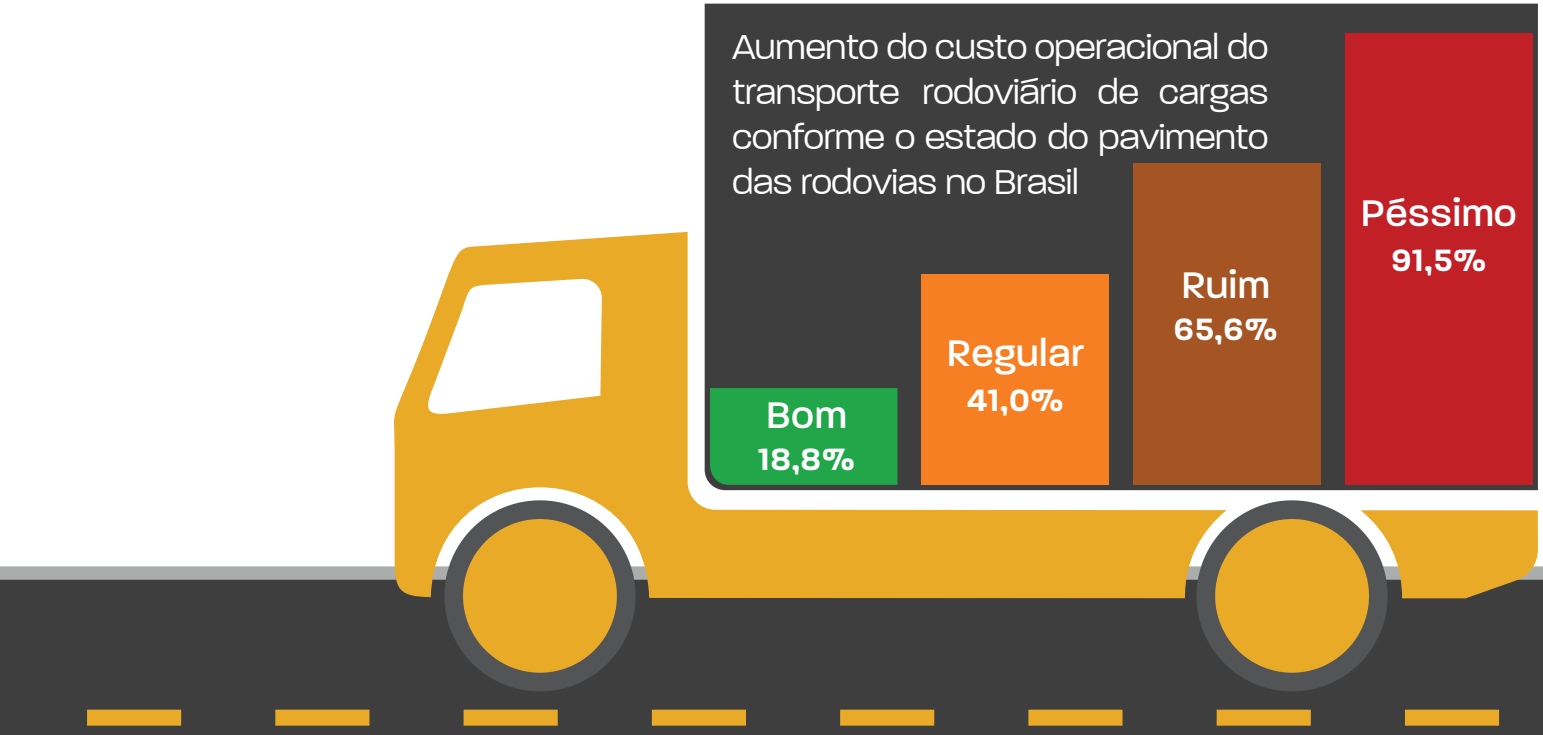
GESTÃO
Pública e Privada

O Programa de Concessões de Rodovias Federais - PROCROFE deu início a transferência da Malha Rodoviária Federal pavimentada para a administração privada. Medida importe para a manutenção e operação das rodovias, obtivemos um grande avanço nos últimos três anos, com 6 mil km concedidos.



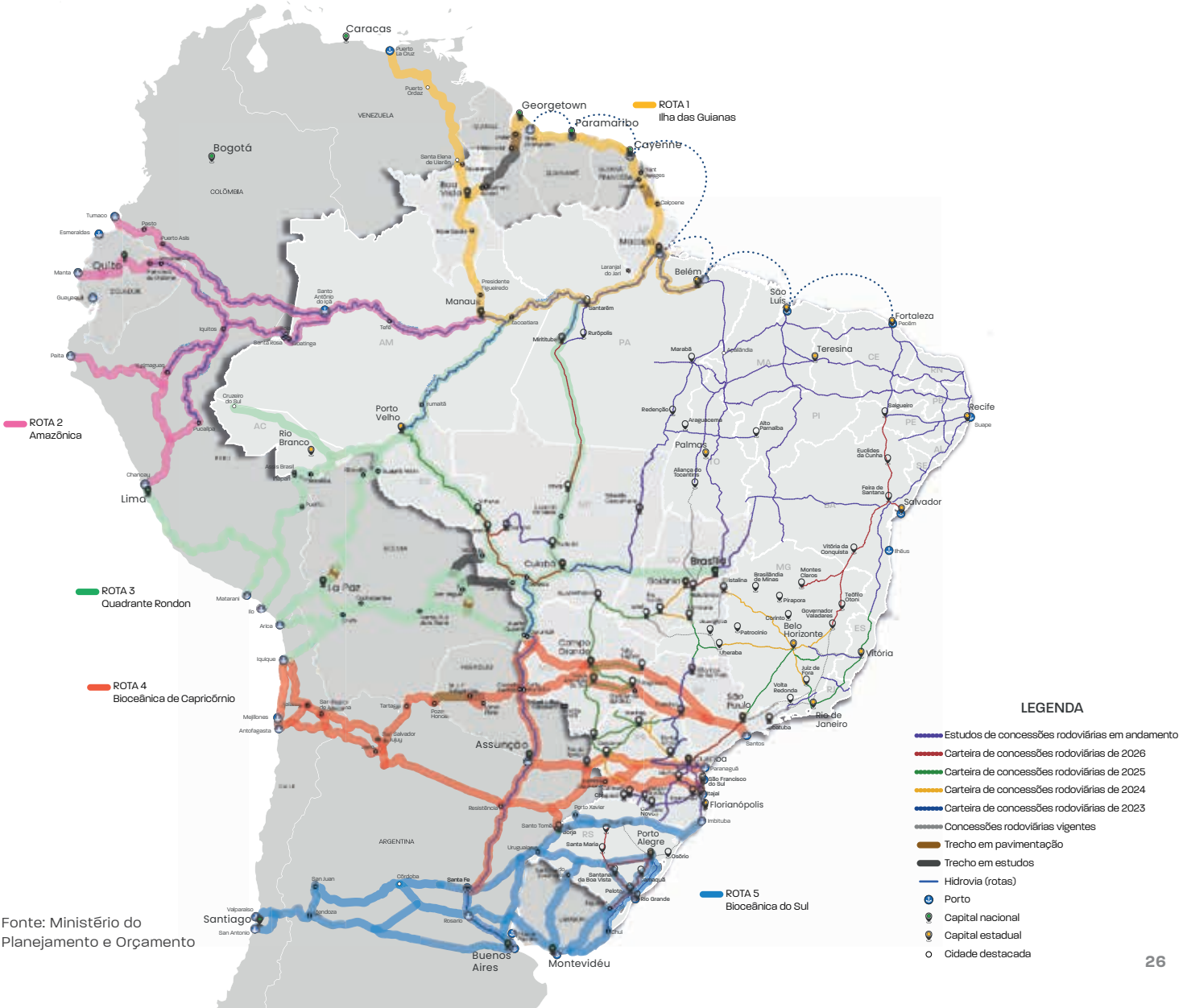
CONDIÇÕES DO PAVIMENTO
Aumento do custo operacional

Indica-se que o acréscimo médio desses custos, no Brasil, é de 32,5% devido à condição do pavimento — refletindo-se, por exemplo, no aumento nas despesas de manutenção e no consumo de combustível e de demais insumos para os veículos.



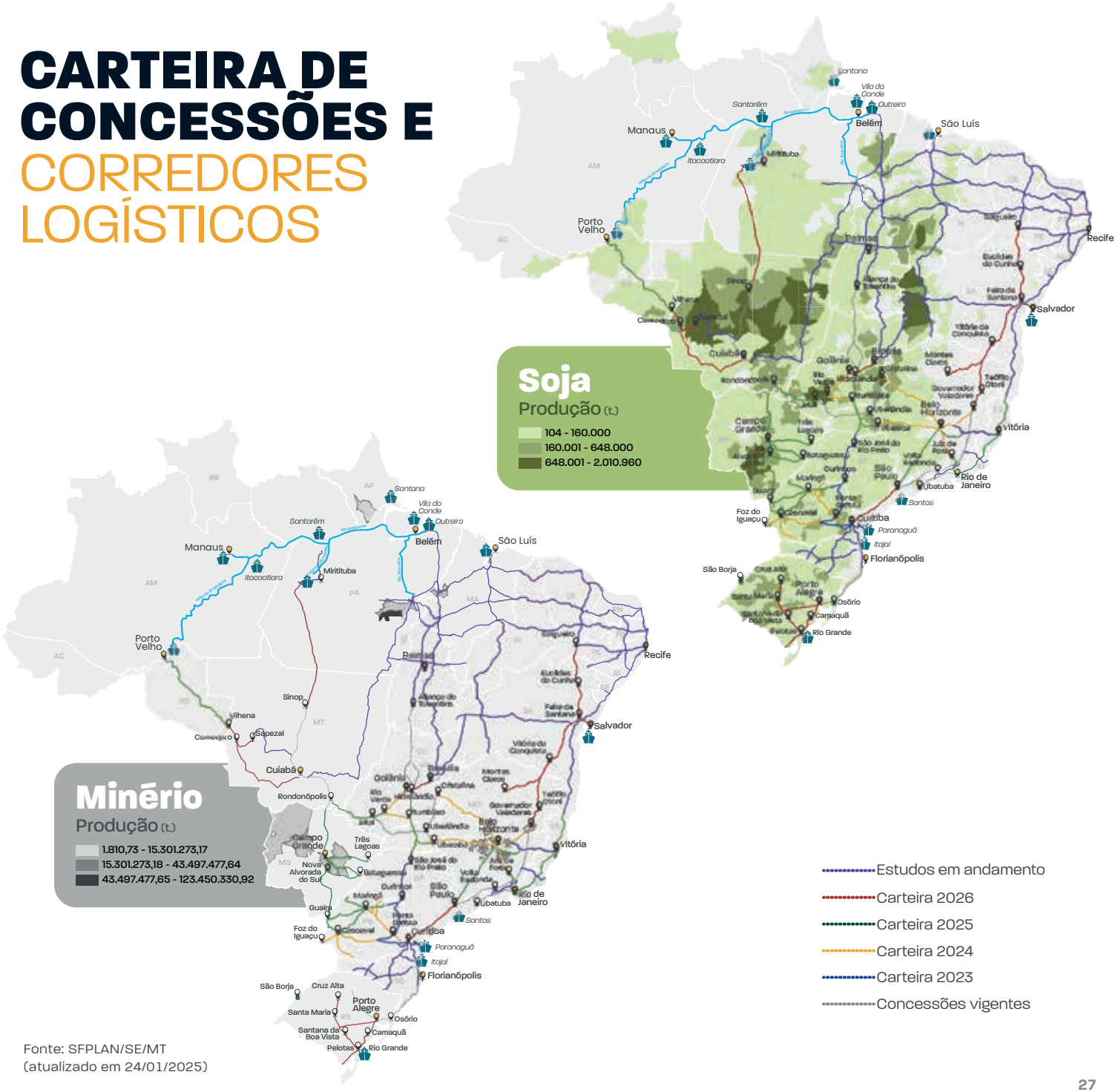
Fonte: CNT, com dados da NTC&Logística

CARTEIRA DE CONCESSÕES E
Rotas de Integração Sul-Americana



Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento

CARTEIRA DE CONCESSÕES E CORREDORES LOGÍSTICOS



Fonte: SFPLAN/SE/MT
(atualizado em 24/01/2025)

CARTEIRA DE CONCESSÕES E CORREDORES LOGÍSTICOS

Fonte: SFPLAN/SE/MT
(atualizado em 24/01/2025)

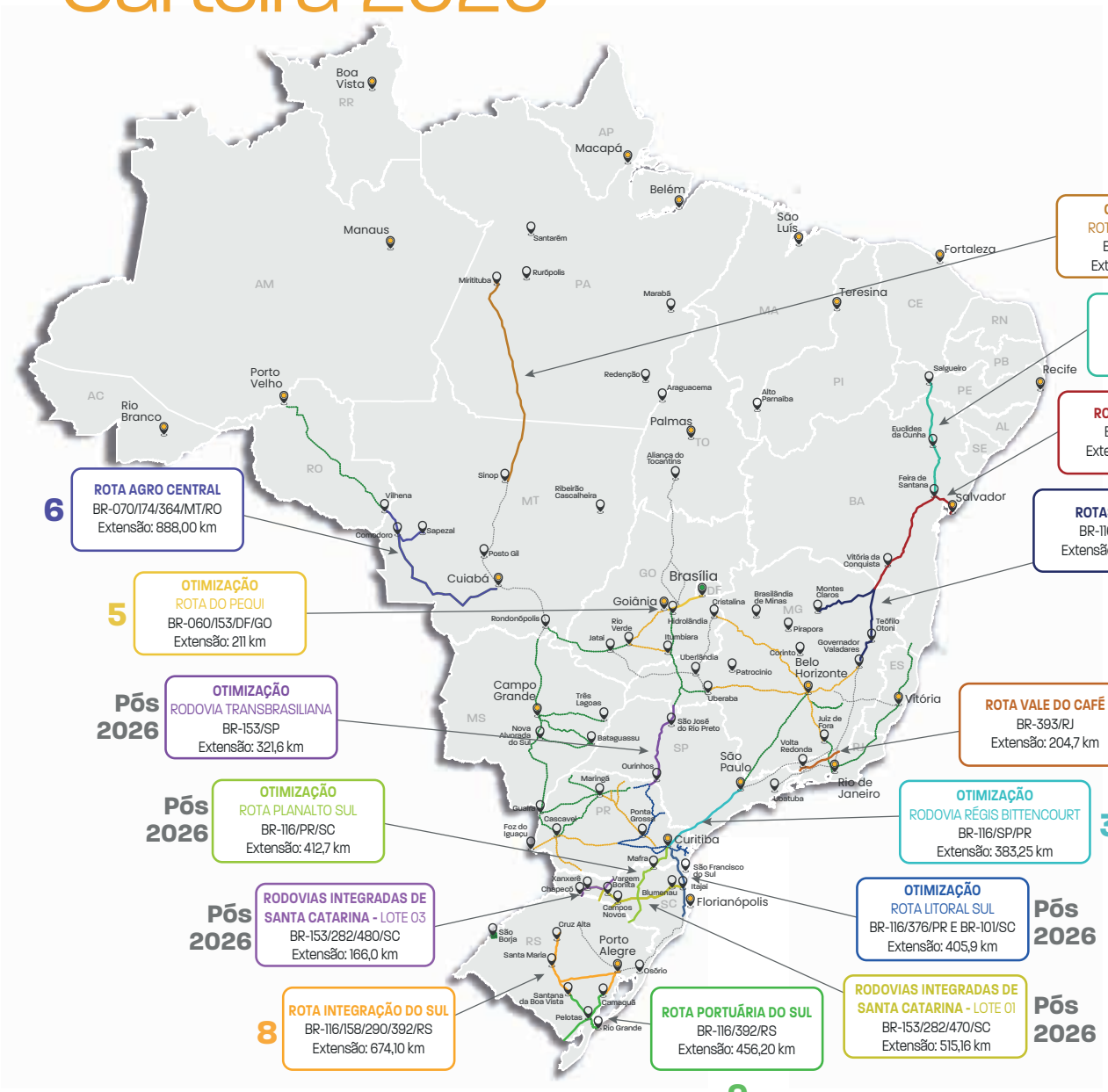
CONCESSÕES DE RODOVIAS
2023 a 2026 (realizado até julho de 2026)

25 leilões
12.198 km
3.270 km duplicação
2.554 km faixa adicional

R$ 280,1 bi
R$ 167,07 bi (CAPEX) + R$ 113,06 bi (OPEX)

2023	2024	2025	2026
2 leilões 1.078 km	**7 leilões** 3.221 km	**13 leilões** 6.279 km Sendo 4 leilões de Otimização Contratual	**3 leilões** 1.620 km Sendo 1 leilão de Otimização Contratual
R$ 30,3 bi ◦ R$ 18,7 bi ◦ R$ 11,6 bi	**R$ 81,6 bi** ◦ R$ 48,1 bi ◦ R$ 33,5 bi	**R$ 135,2 bi** ◦ R$ 81,6 bi ◦ R$ 53,6 bi	**R$ 32,82 bi** TOTAL ◦ R$ 18,54 bi CAPEX ◦ R$ 14,28 bi OPEX
694 km duplicação	**951 km** duplicação	**1.331 km** duplicação	**295 km** duplicação
349 km faixa adicional	**789 km** faixa adicional	**1.182 km** faixa adicional	**234 km** faixa adicional

MAPA
Carteira 2026



CARTEIRA 2026

10 Leilões

5.487 km

953 km duplicação

1.049 km faixa adicional

R$ 113 bi

R$ 65,3 bi (CAPEX) + R$ 47,2 bi (OPEX)

7 Leilões novos estudos

3.922 km

R$ 44 bi CAPEX
R$ 35 bi OPEX

707 km
em duplicação

811 km
em faixa adicional

3 Leilões de Otimizações Contratuais

- Autopista Régis Bittencourt
- Rota Arco Norte
- Rota do Pequi

1.565 km

R$ 21,34 bi CAPEX
R$ 12,21 bi OPEX

246 km
em duplicação

238 km
em faixa adicional

BR-116/251/MG

LEILÃO REALIZADO
DESÁGIO: 19,0%

Rotas Gerais

O trecho localizado em Minas Gerais, abrange trechos das rodovias BR-116 e BR-251, conectando 24 municípios, sendo sete pela BR-251 e 17 pela BR-116. Cachoeira de Pajeú é um ponto em comum entre as duas rodovias, que desempenham papel estratégico na mobilidade e integração logística do estado.

STATUS: Leilão realizado

Atualizado em 31/03/2026

Trecho
Montes Claros/MG - Gov. Valadares/MG

Extensão
734,90 km

Capex
R$ 7,34 bi
R$ 2,97 bi (VPL)

Opex
R$ 5,82 bi
R$ 1,29 bi (VPL)

WACC
13,76% a.a.

Estimativa de empregos
106.347
(direto, indireto, efeito-renda)

TKM (PS)
0,126

Cargas Gerais Conteinerizáveis (CGC)

Edital
19/12/2025

Leilão
31/03/2026

Duplicação:	186,59 km
Faixa Adicional:	159,88 km
Contorno:	16,87 km
Marginais:	11,41 km
Praças a implantar:	9
Praças existentes:	0
Pórticos a implantar:	0

Obras relevantes:
196 Dispositivos e interseções (novos e remodelados), 21 passarelas e 2 pontos de parada e descanso

CAPEX/Km (milhões/km):	R$ 9,99
OPEX/Km (milhões/km):	R$ 7,91
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa):	R$ 0,07
Custos duplicação (milhões/km):	R$ 9,48
Fluxo de Caixa Acumulado:	R$ 12,21 bilhões
Receita Bruta:	R$ 35,92 bilhões
Receita Bruta (VPL):	R$ 6,07 bilhões
CAGR Tráfego:	1,71 % a.a.

CAPEX/Receita (VPL):
49%

VEQ/dia/praça:
21.859

Ciclo de Obras:
3º ano ao 10º ano

Capital Social Mínimo Obrigatório:
R$ 307,00 milhões

Garantia da Proposta:
R$ 61,00 milhões

Garantia de Execução do Contrato:
R$ 303,33 milhões

3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
734,16	626,21	793,51	624,30	531,51	589,97	465,28	624,74

CAPEX em R$ Milhões

data-base: abr/2023

BR-116/324/BA/PE

LEILÃO REALIZADO

DESÁGIO: 19,6%

Rota dos Sertões

O trecho liga o anel rodoviário de Feira de Santana, na Bahia, a Salgueiro, em Pernambuco. Este segmento, que atravessa 16 municípios, é fundamental para a integração regional e o fortalecimento da logística na região Nordeste.

STATUS: Leilão realizado

Atualizado em 14/04/2026

Trecho
Feira de Santana/BA - Salgueiro/PE

Extensão
502,0 km

Capex
R$4,13 bi
R$1,90 bi (VPL)

Opex
R$4,40 bi
R$1,11 bi (VPL)

WACC
12,49% a.a.

Estimativa de empregos
59.838
(direto, indireto, efeito-renda)

TKM (PS)
0,095

Cargas Gerais Conteinerizáveis (CGC)

Edital
13/02/2026

Leilão
28/05/2026

Duplicação:	94,21 km
Faixa Adicional:	5,16
Contorno:	7,11 km
Marginais:	44,52 km
Praças a implantar:	5
Praças existentes:	0
Pórticos a implantar:	0

Obras relevantes:
68 dispositivos e interserções (novos e remodelados), 12 passarelas de pedestres (novas) e 1 Ponto de Parada e Descanso

CAPEX/Km (milhões/km):	R$ 8,23
OPEX/Km (milhões/km):	R$ 8,76
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa):	R$ 0,06
Custos duplicação (milhões/km):	R$ 6,82
Fluxo de Caixa Acumulado:	R$ 6,28 bilhões
Receita Bruta:	R$ 20,62 bilhões
Receita Bruta (VPL):	R$ 4,18 bilhões
CAGR Tráfego:	2,50 % a.a.

data-base abr/2023

CAPEX/Receita (VPL): **45%**

VEQ/dia/praça: **23.509**

Ciclo de Obras: **3º ano ao 8º ano**

Capital Social Mínimo Obrigatório: **R$ 234,00 milhões**

Garantia da Proposta: **R$ 42,00 milhões**

Garantia de Execução do Contrato: **R$ 209,00 milhões**

3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano
388,79	563,08	657,11	565,30	207,61	164,83

CAPEX em R$ Milhões

BR-116/PR/SP

Rodovia Régis Bittencourt

OTIMIZAÇÃO CONTRATUAL do contrato de concessão da BR-116/SP/PR, conhecida como Régis Bittencourt, está inserida nos estados de São Paulo e Paraná. O trecho conecta os importantes polos de São Paulo (SP) a Curitiba (PR), atravessando 16 municípios, e destaca-se como uma rota essencial para o transporte de cargas e o escoamento da produção industrial e agrícola das regiões Sudeste e Sul. Predominam cargas gerais, produtos manufaturados e grãos, refletindo a intensa atividade econômica ao longo da rodovia.

STATUS: Leilão realizado

Atualizado em 16/04/2026

Trecho
Curitiba/PR - São Paulo/SP

Capex
R$7,07 bi
R$ 4,21 bi (VPL)

WACC
11,41% a.a.

TKM (PS)
0,059

Edital
14/04/2026

Leilão
23/07/2026

Valor consensuado de saída, a ser pago ao grupo controlador atual, pelo vencedor do Processo Competitivo
R$ 120 milhões

Extensão
383,25 km

Opex
R$ 4,06 bi
R$ 1,81 bi (VPL)

Estimativa de empregos
102.435
(direto, indireto, efeito-renda)

Cargas Gerais (CG)
Granéis Líquido (GL)

Macrodrenagem:	4 unid.
Iluminação em Serra:	91,4 km
Faixas Adicionais:	68,91 km
Marginais:	32,80 km
Correções de traçado:	27,38 km
Dispositivos:	8
Túnel:	2 unid

Obras relevantes:
18 passarelas, 13 melhorias de interseção, 2 melhorias de acesso, 14 pontos de ônibus, 32,8 km de ciclovias, 116 caixas de produtos perigosos, 19 passagens de fauna, 4 macrodrenagem, 91,4 km de iluminação em serra e 27 correções de traçado.

CAPEX/Km (milhões/km):	R$ 18,49
OPEX/Km (milhões/km):	R$ 10,63
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa):	R$ 0,14
Custos duplicação (milhões/km):	-
Fluxo de Caixa Acumulado:	R$ 3,16 bilhões
Receita Bruta:	R$ 18,16 bilhões
Receita Bruta (VPL):	R$ 7,92 bilhões
CAGR Tráfego:	1,63 % a.a.

CAPEX/Receita (VPL): **53%**

VEQ/dia/praça: **29.075**

Ciclo de Obras: **1º ano ao 9º ano**

Capital Social Mínimo Obrigatório: **R$ 270,05 milhões**

Garantia da Proposta: **R$ 79,25 milhões**

Garantia de Execução do Contrato: **R$ 396 milhões**

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
932,46	773,82	768.39	912.17	936,97	568,01	453,64	372,40	271,67

CAPEX em R$ Milhões

Data-base: mar/2023

BR-163/MT/PA

Rota Arco Norte

OTIMIZAÇÃO CONTRATUAL do contrato de concessão da rodovia BR-163/MT/PA, trecho que faz a ligação entre os estados Pará e Mato Grosso, atravessando 13 municípios e influenciando diretamente a dinâmica socioeconômica de 600 mil pessoas.

A rodovia é estratégica para o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste aos portos do Norte, principalmente soja e milho, reduzindo tempo e custos logísticos.

STATUS: Leilão agendado

Atualizado em 17/07/2026

Trecho
Sinop/MT - Miritituba/PA

Capex
R$10,42 bi
R$ 4,71 bi (VPL)

WACC
12,65% a.a.

TKM (PS)
0,0940

Edital
17/07/2026

Leilão
12/11/2026

Extensão
1.010 km

Opex
R$4,72 bi
R$ 1,64 bi (VPL)

Estimativa de empregos
150.914
(direto, indireto, efeito-renda)

Cargas Gerais (CG)
Carga Agrícola e Pecuária (CAP)

Duplicação:	**245,8 km**
Faixa Adicional:	**116,7 km**
Contorno:	**-**
Marginais:	**30,64 km**
Praças a implantar:	**-**
Praças existentes:	**3**
Pórticos a implantar:	**-**

Obras relevantes:
Acesso aos Portos de Santarenzinho (19,73 km) e de Itapacura (14,75 km), 15 Rotatórias Alongadas, 2 Remoções de Pontes de Madeira, 23 Viadutos e Pontes, 5 Passarelas, 5 Diamantes, 4 Trombetas, 187 Acessos e 20 Pontos de Ônibus.

CAPEX/Km (milhões/km):	**R$ 12,33**
OPEX/Km (milhões/km):	**R$ 5,58**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa):	**R$ 0,090**
Custos duplicação (milhões/km):	**R$ 5,93**
Fluxo de Caixa Acumulado:	**R$ 7,12 bilhões**
Receita Bruta:	**R$ 29,74 bilhões**
Receita Bruta (VPL):	**R$ 8,82 bilhões**
CAGR Tráfego:	**3,38 % a.a.**

Data-base: dez/2024

CAPEX/Receita (VPL):
53%

VEQ/dia/praça:
29.075

Ciclo de Obras:
1º ano ao 9º ano

Capital Social Mínimo Obrigatório:
R$ 28,44 milhões

Garantia da Proposta:
R$ 88,00 milhões

Garantia de Execução do Contrato:
R$ 441,00 milhões

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
656,51	**854,14**	**911,21**	**845,48**	**795,13**	**687,44**	**802,58**	**784,59**	**809,19**

CAPEX em R$ Milhões

BR-060/153/DF/GO

Rota do Pequi

OTIMIZAÇÃO CONTRATUAL da concessão da BR-060/153/DF/GO, esse projeto representa uma ligação entre duas importantes capitais, Brasília (DF) e Goiânia (GO), servindo como elo entre o Centro-Oeste e o Sudeste do país, impactando diretamente a dinâmica socioeconômica de diversos municípios, promovendo o desenvolvimento regional e a atração de investimentos.

STATUS: Depende de publicação do edital pela ANTT

Atualizado em 26/09/2025

Trecho
Hidrolândia/GO-Brasília/DF

Capex
R$ 4,14 bi
R$ 2,02 bi (VPL)

WACC
12,33% a.a.

TKM (PS)
0,117

Edital
Agosto/2026

Leilão
Dezembro/2026

Extensão
211,6 km

Opex
R$ 3,46 bi
R$ 0,91 bi (VPL)

Estimativa de empregos
59.983
(direto, indireto, efeito-renda)

Cargas Gerais Conteinerizáveis (CGC)

Duplicação:	**0,0 km**
Faixa Adicional:	**52,9 km**
Contorno:	**43,52 km**
Marginais:	**12,08 km**
Praças a implantar:	**0**
Praças existentes:	**2**
Pórticos a implantar:	**0**

Obras relevantes:
5 Trombetas, 10 Diamantes, 1 Trevo Completo, 1 Parclo, 10 Passagens Inferiores, 3 Retornos em X, 9 Retornos em U, 1 Rotatória Alongada, 13 Passarelas, 81 Acessos, 112 Pontos de Ônibus e 5 Passagens de Fauna.

CAPEX/Km (milhões/km):	**R$ 19,56**
OPEX/Km (milhões/km):	**R$ 16,34**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa):	**R$ 0,050**
Custos duplicação (milhões/km):	**-**
Fluxo de Caixa Acumulado:	**R$ 5,60 bilhões**
Receita Bruta:	**R$ 18,52 bilhões**
Receita Bruta (VPL):	**R$ 4,13 bilhões**
CAGR Tráfego:	**1,86 % a.a.**

Data-base: jul/2023

CAPEX/Receita (VPL):
49%

VEQ/dia/praça:
37.385

Ciclo de Obras:
1º ano ao 6º ano

Capital Social Mínimo Obrigatório:
-

Garantia da Proposta:
-

Garantia de Execução do Contrato:
-

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano
243,68	**140,12**	**503,93**	**895,55**	**741,12**	**375,55**

CAPEX em R$ Milhões

BR-070/174/364/MT/RO

Rota Agro Central

Corredor para exportação de grãos pelo Arco Norte, as rodovias BR-070/174/364 conectam as áreas de produção, no Estado do Mato Grosso, e os portos exportadores, a partir da capital Porto Velho. De acordo com dados do MDIC, a exportação de soja, milho e algodão, pelos portos do Arco Norte, saltou de 16% (2012) para 36% (2022). Os volumes envolvidos, passaram de 10 milhões de toneladas em 2012 para mais de 50 milhões de toneladas em 2022.

STATUS: TCU

Atualizado em 03/09/2025

Trecho
Vilhena/RO - Cuiabá/MT

Extensão
888 km

Capex
R$ 6,13 bi
R$ 2,82 bi (VPL)

Opex
R$ 4,29 bi
R$ 1,18 bi (VPL)

WACC
11,07% a.a.
Atualizado quando publicado o edital

Estimativa de empregos
89.919
(direto, indireto, efeito-renda)

TKM (PS)
0,1576

Granéis Sólidos Agrícolas
(GSA)

Edital
Agosto/2026

Leilão
Dezembro/2026

Duplicação:	**22,80 km**
Faixa Adicional:	**162,90 km**
Contorno:	**-**
Marginais:	**12,37 km**
Praças a implantar:	**0**
Praças existentes:	**7**
Pórticos a implantar:	**0**

Obras relevantes:
58 dispositivos e interseções (novos e remodelados)
8 passarelas de pedestres (novas), 20 travessias em nível e 2 Ponto de Parada e Descanso

CAPEX/Km (milhões/km):	**R$ 6,91**
OPEX/Km (milhões/km):	**R$ 4,84**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa):	**R$ 0,05**
Custos duplicação (milhões/km):	**R$ 13,71**
Fluxo de Caixa Acumulado:	**R$ 6,84 bilhões**
Receita Bruta:	**R$ 23,78 bilhões**
Receita Bruta (VPL):	**R$ 5,56 bilhões**
CAGR Tráfego:	**1,42 % a.a.**

Data-base: jan/2025

CAPEX/Receita (VPL):
51%

VEQ/dia/praça:
-

Ciclo de Obras:
30 ao 80 ano

Capital Social Mínimo Obrigatório:
R$ 419 milhões

Garantia da Proposta:
R$ 55 milhões

Garantia de Execução do Contrato:
R$ 274milhões

30 Ano	40 Ano	50 Ano	60 Ano	70 Ano	80 Ano
595,66	**638,99**	**511,25**	**669,94**	**840,68**	**209,39**

CAPEX em R$ Milhões

BR-116/324/BA

Rota 2 de julho

O trecho da rodovia conecta Salvador, capital da Bahia, a Feira de Santana e segue até a divisa entre Bahia e Minas Gerais. É essencial para a logística nacional, integrando o Nordeste ao Sudeste, e desempenha um papel estratégico no transporte de cargas e passageiros, além de impulsionar o desenvolvimento econômico regional.

STATUS: TCU

Atualizado em 14/11/2025

Trecho
Salvador - Feira de Santana - Divisa BA/MG

Capex
R$ 14,0 bi
R$ 6,57 bi (VPL)

WACC
12,33% a.a.

TKM (PS)
0,0840

Edital
Setembro/2026

Leilão
Dezembro/2026

Extensão
653,30 km

Opex
R$ 10,68 bi
R$ 2,64 bi (VPL)

Estimativa de empregos
202.842
(direto, indireto, efeito-renda)

Carga Agrícola, Pecuária, Industrial e Petroquímico

Duplicação:	**307,75 km**
Faixa Adicional:	**257,46 km**
Contorno:	**0,0 km**
Marginais:	**37,22 km**
Praças a implantar:	**0**
Praças existentes:	**7**
Pórticos a implantar:	**14**

Obras relevantes:
52 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 3 pontos de parada e descanso

CAPEX/Km (milhões/km):	**R$ 21,43**
OPEX/Km (milhões/km):	**R$ 16,35**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa):	**R$ 0,17**
Custos duplicação (milhões/km):	**R$ 6,45**
Fluxo de Caixa Acumulado:	**R$ 24,52 bilhões**
Receita Bruta:	**R$ 67,76 bilhões**
Receita Bruta (VPL):	**R$ 13,20 bilhões**
CAGR Tráfego:	**2,14 % a.a.**

Data-base: out/2024

CAPEX/Receita (VPL):
50%

VEQ/dia/praça:
42.606

Ciclo de Obras:
3º ano ao 8º ano

Capital Social Mínimo Obrigatório:
R$ 773 milhões

Garantia da Proposta:
R$ 132 milhões

Garantia de Execução do Contrato:
R$ 660 milhões

3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano
2.080,24	**1.969,05**	**1.893,49**	**1.221,27**	**799,04**	**988,46**

CAPEX em R$ Milhões

BR-116/158/290/392/RS

Rota Integração do Sul

O trecho em estudo conecta Porto Alegre (Leste) a Uruguaiana (Oeste) e Panambi (Norte) à malha viária regional. Essas rodovias interligam importantes municípios do estado, formando uma rede essencial para a economia local e o escoamento da produção.

STATUS: Audiência Pública

Atualizado em 15/10/2025

Trecho
Camaquã - Porto Alegre - Cruz Alta - Sta. Maria - Santana da Boa Vista

Extensão
674,10 km

Capex
R$ 6,50 bi
R$ 3,24 bi (VPL)

Opex
R$ 4,01 bi
R$ 1,08 bi (VPL)

WACC
11,23% a.a.

Estimativa de empregos
94.176
(direto, indireto, efeito-renda)

TKM (PS)
0,135

Cargas Gerais Conteinerizáveis (CGC)

Edital
Setembro/2026

Leilão
Dezembro/2026

Duplicação:	**Em revisão**
Faixa Adicional:	**225,00 km**
Contorno:	**Em revisão**
Marginais:	**27,43 km**
Praças a implantar:	**0**
Praças existentes:	**0**
Pórticos a implantar:	**A definir**

Obras relevantes:
71 dispostivos e interseções (novos e remodelados)
8 passarelas de pedestres (novas), e 1 Ponto de Parada e Descanso

CAPEX/Km (milhões/km):	**R$ 9,64**
OPEX/Km (milhões/km):	**R$ 5,95**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa):	**R$ 0,08**
Custos duplicação (milhões/km):	**Em revisão**
Fluxo de Caixa Acumulado:	**R$ 8,78 bilhões**
Receita Bruta:	**R$ 27,05 bilhões**
Receita Bruta (VPL):	**R$ 6,12 bilhões**
CAGR Tráfego:	**1,80 % a.a.**

Data-base: jan/2025

CAPEX/Receita (VPL):
53%

VEQ/dia/praça:
16.846

Ciclo de Obras:
3º ano ao 8º ano

Capital Social Mínimo Obrigatório:
R$ 426,12 milhões

Garantia da Proposta:
R$ 61,00 milhões

Garantia de Execução do Contrato:
R$ 306,00 milhões

3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano
978,64	**679,68**	**747,64**	**415,94**	**303,68**	**302,62**

CAPEX em R$ Milhões

BR-116/392/RS

Rota Portuária do Sul

As duas rodovias formam um eixo rodoviário que conecta o interior produtivo gaúcho ao Porto de Rio Grande, principal terminal portuário do estado. A BR-116 atravessa o estado no sentido Norte–Sul, ligando cidades como Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas, enquanto a BR-392 conecta a região central e a Fronteira Oeste (via Santa Maria e Santana do Livramento) diretamente ao litoral sul, em Rio Grande.

STATUS: Audiência Pública

Atualizado em 27/02/2026

Trecho
Santana da Boa Vista - Camaquã - Jaguarão - Rio Grande/RS

Extensão
456,20 km

Capex
R$ 6,08 bi
R$ 2,51 bi (VPL)

Opex
R$ 5,73 bi
R$ 1,39 bi (VPL)

WACC
12,49% a.a.

Estimativa de empregos
88.091
(direto, indireto, efeito-renda)

TKM (PS)
0,1007

Cargas Gerais Conteinerizáveis (CGC)

Edital
Setembro/2026

Leilão
Dezembro/2026

Duplicação:	**81,21 km**
Faixa Adicional:	**0 km**
Contorno:	**0 km**
Marginais:	**38,58 km**
Praças a implantar:	**0**
Praças existentes:	**0**
Pórticos a implantar:	**14**

Obras relevantes:
64 dispostivos e interseções (novos e remodelados)
39 passarelas de pedestres (novas e remodeladas), e
2 ponto de Parada e Descanso.

CAPEX/Km (milhões/km):	**R$ 13,23**
OPEX/Km (milhões/km):	**R$ 12,46**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa):	**R$ 0,15**
Custos duplicação (milhões/km):	**R$ 5,16**
Fluxo de Caixa Acumulado:	**R$ 10,61 bilhões**
Receita Bruta:	**R$ 34,44 bilhões**
Receita Bruta (VPL):	**R$ 6,42 bilhões**
CAGR Tráfego:	**2,86 % a.a.**

Data-base: jan/2025

CAPEX/Receita (VPL):
39%

VEQ/dia/praça:
10.264

Ciclo de Obras:
3º ano ao 7º ano

Capital Social Mínimo Obrigatório:
R$ 412 milhões

Garantia da Proposta:
R$ 64 milhões

Garantia de Execução do Contrato:
R$ 321 milhões

3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano
659,53	**683,18**	**600,90**	**633,77**	**529,48**

CAPEX em R$ Milhões

BR-153/282/470/SC

Rodovias Integradas de Santa Catarina - Lote 01

Principal eixo logístico multimodal do Vale do Itajaí, o trecho possibilita o escoamento da produção industrial, agropecuária e madeireira de Santa Catarina. A BR-470, em particular, constitui o corredor de escoamento para os Portos de Itajaí e Navegantes.

Além da função logística, esse lote promove a integração regional e fortalece a competitividade catarinense. A ligação com o Porto de Navegantes e os acessos à BR-282 e BR-153 ampliam a conexão com outras regiões e com rotas de exportação.

STATUS: Audiência Pública

Atualizado em 07/04/2026

Trecho
BR-470/153/282/SC

Extensão
515,16 km

Capex
R$ 6,40 bi
R$ 2,87 bi (VPL)

Opex
R$ 6,71 bi
R$ 1,62 bi (VPL)

WACC
12,33% a.a.

Estimativa de empregos
92.728
(direto, indireto, efeito-renda)

TKM (PS)
0,097

Cargas Gerais Conteinerizáveis (CGC)

Edital
2026

Leilão
2027

Duplicação:	**50,81 km**
Faixa Adicional:	**102,60 km**
Contorno:	**-**
Marginais:	**78,81 km**
Praças a implantar:	**0**
Praças existentes:	**0**
Pórticos a implantar:	**13**

Obras relevantes:
155 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 29 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 2 pontos de parada e descanso para motoristas profissionais

CAPEX/Km (milhões/km):	**R$ 12,41**
OPEX/Km (milhões/km):	**R$ 13,01**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa):	**R$ 0,12**
Custos duplicação (milhões/km):	**R$ 6,55**
Fluxo de Caixa Acumulado:	**R$ 11,61 bilhões**
Receita Bruta:	**R$ 33,63 bilhões**
Receita Bruta (VPL):	**R$ 6,26 bilhões**
CAGR Tráfego:	**1,71 % a.a.**

Data-base: jul/2024

CAPEX/Receita (VPL):
46%

VEQ/dia/praça:
10.304

Ciclo de Obras:
3º ano ao 8º ano

Capital Social Mínimo Obrigatório:
R$ 473 milhões

Garantia da Proposta:
R$ 63 milhões

Garantia de Execução do Contrato:
R$ 337 milhões

3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano
482,82	**533,91**	**595,79**	**730,53**	**558,18**	**599,44**

CAPEX em R$ Milhões

BR-153/282/480/SC

Rodovias Integradas de Santa Catarina - Lote 03

Eixo de escoamento agroindustrial do Oeste e Meio-Oeste de Santa Catarina, conecta o interior produtivo do estado aos centros de consumo e exportação. As rodovias são estratégicas para o transporte de commodities e produtos beneficiados.

Componente chave na integração multimodal entre Santa Catarina e o Paraná, facilitando o fluxo contínuo de mercadorias e insumos entre os dois estados.

STATUS: Audiência Pública

Atualizado em 07/04/2026

Trecho
BR-153/282/480/SC

Extensão
166 km

Capex
R$ 2,71 bi
R$ 1,35 bi (VPL)

Opex
R$ 3,04 bi
R$ 0,84 bi (VPL)

WACC
11,07% a.a.

Estimativa de empregos
39.264
(direto, indireto, efeito-renda)

TKM (PS)
0,099

Cargas Gerais Conteinerizáveis (CGC)

Edital
2026

Leilão
2027

Duplicação:	**29,36 km**
Faixa Adicional:	**31,51 km**
Contorno:	**-**
Marginais:	**24,21 km**
Praças a implantar:	**0**
Praças existentes:	**0**
Pórticos a implantar:	**5**

Obras relevantes:
53 dispostivos e interseções (novos e remodelados), 15 passarelas de pedestre e 1 Ponto de Parada e Descanso

CAPEX/Km (milhões/km):	**R$ 16,33**
OPEX/Km (milhões/km):	**R$ 18,29**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa):	**R$ 0,15**
Custos duplicação (milhões/km):	**R$ 5,08**
Fluxo de Caixa Acumulado:	**R$ 4,67 bilhões**
Receita Bruta:	**R$ 14,05 bilhões**
Receita Bruta (VPL):	**R$ 3,00 bilhões**
CAGR Tráfego:	**3,23 % a.a.**

Data-base: jul/2024

CAPEX/Receita (VPL):
45%

VEQ/dia/praça:
8.526

Ciclo de Obras:
30 ano ao 70 ano

Capital Social Mínimo Obrigatório:
R$ 282 milhões

Garantia da Proposta:
R$ 30 milhões

Garantia de Execução do Contrato:
R$ 162 milhões

30 Ano	40 Ano	50 Ano	60 Ano	70 Ano
291,50	**334,17**	**329,15**	**305,83**	**244,17**

CAPEX em R$ Milhões

BR-393/RJ

Rota Vale do Café

Trecho conecta os municípois de Barra Mansa (RJ) e Além Paraíba (MG), atravessando outros 8 municípios da região Centro-Sul do estado do Rio de Janeiro.

Desempenha papel fundamental na economia do Sul Fluminense, um da maiores regiões industriais do estado, ao conectar o polo metalúrgico de Volta Redonda, que possui um PIB superior a R$ 17 bilhões, contribuindo diretamente para o fortalecimento da economia regional.

STATUS: Estudo aprovado pelo MT, em vias de abertura de AP

Atualizado em 15/04/2026

Trecho
Barra Mansa/RJ - Além Paraíba/MG

Extensão
204,7 km

Capex
R$ 3,05 bi
R$ 1,64 bi (VPL)

Opex
R$ 3,11 bi
R$ 0,99 bi (VPL)

WACC
11,07% a.a.
Atualizado quando publicado o edital

Estimativa de empregos
44.190
(direto, indireto, efeito-renda)

TKM (PS)
0,174

Cargas Gerais Conteinerizáveis
(CGC)

Edital
2027

Leilão
2027

Duplicação:	**15,02 km**
Faixa Adicional:	**6,23 km**
Contorno:	**18,89 km**
Marginais:	**2,91 km**
Praças a implantar:	**0**
Praças existentes:	**3**
Pórticos a implantar:	**3**

Obras relevantes:
69 dispositivos e interseções (novos e remodelados)
6 passarelas de pedestres (novas), e 1 Ponto de Parada e Descanso

CAPEX/Km (milhões/km):	**R$ 14,89**
OPEX/Km (milhões/km):	**R$ 15,21**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa):	**R$ 0,10**
Custos duplicação (milhões/km):	**R$ 8,46**
Fluxo de Caixa Acumulado:	**R$ 4,47 bilhões**
Receita Bruta:	**R$ 14,17 bilhões**
Receita Bruta (VPL):	**R$ 3,50 bilhões**
CAGR Tráfego:	**1,00 % a.a.**

Data-base: abr/2024

CAPEX/Receita (VPL):
47%

VEQ/dia/praça:
25.147

Ciclo de Obras:
3º ao 7º ano

Capital Social Mínimo Obrigatório:
R$ 162,45 milhões

Garantia da Proposta:
R$ 34,97 milhões

Garantia de Execução do Contrato:
R$ 175 milhões

3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano
730,33	**533,08**	**384,97**	**22,67**	**51,68**

CAPEX em R$ Milhões

BR-153/SP

Rodovia Transbrasiliana

OTIMIZAÇÃO CONTRATUAL do contrato de concessão da BR-153/SP, que é um dos principais eixos longitudinais do país, com função estratégica no transporte de cargas e passageiros.

Em 2023, a produção agrícola na região foi cerca de 5 milhões de toneladas de soja e 4,2 milhões de toneladas de milho, reforçando a importância da rodovia para o agronegócio.

STATUS: Depende de acordo entre as partes e aprovação do TCU

Atualizado em 08/09/2025

Trecho
Icém/SP - Ourinhos/SP

Extensão
321,6 km

Capex
R$ 3,56 bi
R$ 1,72 bi (VPL)

Opex
R$ 4,35 bi
R$ 1,67 bi (VPL)

WACC
9,21% a.a.

Estimativa de empregos
51.609
(direto, indireto, efeito-renda)

TKM (PS)
0,180

Cargaisons générales
(CG)

Edital
2027

Leilão
2027

Duplicação:	**182,7 km**
Faixa Adicional:	**23,73 km**
Contorno:	**Em revisão**
Marginais:	**Em revisão**
Praças a implantar:	**Em revisão**
Praças existentes:	**Em revisão**
Pórticos a implantar:	**Em revisão**

Obras relevantes:
4 OAE, 3 Acessos e 11 Interseções

CAPEX/Km (milhões/km):	**R$ 11,08**
OPEX/Km (milhões/km):	**R$ 13,52**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa):	**R$ 0,05**
Custos duplicação (milhões/km):	**R$ 5,03**
Fluxo de Caixa Acumulado:	**R$ 1,74 bilhões**
Receita Bruta:	**R$ 11,58 bilhões**
Receita Bruta (VPL):	**R$ 4,27 bilhões**
CAGR Tráfego:	**1,53 % a.a.**

Data-base: jan/2022

CAPEX/Receita (VPL): **40,2%**

VEQ/dia/praça: **17.290**

Ciclo de Obras: **Em revisão**

Capital Social Mínimo Obrigatório: **Em revisão**

Garantia da Proposta: **Em revisão**

Garantia de Execução do Contrato: **R$ 208 milhões**

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
356,22	**300,72**	**283.90**	**141,60**	**164,39**	**97,54**	**79,27**	**122,30**	**97,46**	**205,76**

CAPEX em R$ Milhões

BR-116/PR/SC

Rota Planalto Sul

OTIMIZAÇÃO CONTRATUAL do contrato de concessão da BR-116/PR/SC, o trecho é estratégico no corredor de integração Sul-Sudeste, sendo uma das principais rotas para o escoamento da produção agrícola, industrial e florestal da região. Atende cerca de 3,5 milhões de habitantes entre Paraná e Santa Catarina.

Apresenta uma infraestrutura voltada a mobilidade interestadual, cuja operação requer elevados padrões de manutenção, monitoramento ambiental e desempenho estrutural.

STATUS: Depende de acordo entre as partes e aprovação do TCU

Atualizado em 03/09/2025

Trecho
Curitiba/PR - Div. SC/RS

Extensão
412,7 km

Capex
R$ 4,15 bi
R$ 1,94 bi (VPL)

Opex
R$ 4,45 bi
R$ 1,43 bi (VPL)

WACC
10,61% a.a.

Estimativa de empregos
60.143
(direto, indireto, efeito-renda)

TKM (PS)
0,113

Cargas Gerais (CG)

Edital
2027

Leilão
2027

Duplicação:	**12,5 km**
Faixa Adicional:	**13,2 km**
Contorno:	**Em revisão**
Marginais:	**23,6 km**
Praças a implantar:	**Em revisão**
Praças existentes:	**Em revisão**
Pórticos a implantar:	**Em revisão**

Obras relevantes:
9 Retornos em Desnível, 5 Passarelas, 2 Balanças, 1 Ponto de Parada e Descanso

CAPEX/Km (milhões/km):	**R$ 10,06**
OPEX/Km (milhões/km):	**R$ 11,01**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa):	**R$ 0,07**
Custos duplicação (milhões/km):	**R$ 6,98**
Fluxo de Caixa Acumulado:	**R$ 2,59 bilhões**
Receita Bruta:	**R$ 14,40 bilhões**
Receita Bruta (VPL):	**R$ 4,40 bilhões**
CAGR Tráfego:	**4,99 % a.a.**

Data-base: mar/2023

CAPEX/Receita (VPL):
44,1%

VEQ/dia/praça:
18.594

Ciclo de Obras:
1º Ano ao 15º Ano

Capital Social Mínimo Obrigatório:
Em revisão

Garantia da Proposta:
Em revisão

Garantia de Execução do Contrato:
Em revisão

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
135,22	**317,61**	**437,57**	**443,4**	**418,18**	**222,07**	**144,93**	**100,70**	**116,33**	**159,72**

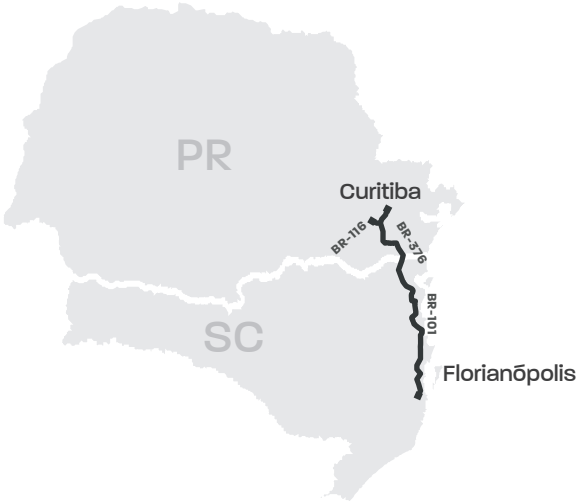
CAPEX em R$ Milhões

BR-116/376/PR E BR-101/SC

Rota Litoral Sul

OTIMIZAÇÃO CONTRATUAL do contrato de concessão da BR-116/376/PR e BR-101/SC, trecho conecta importantes centros urbanos, industriais e portuários, como Curitiba (PR), Joinville (SC) e Florianópolis (SC), além de servir como principal via de acesso ao complexo portuário do litoral sul.

Com papel estratégico no escoamento de cargas oriundas do Sul e Sudeste, incluindo produtos agrícolas, industriais e importados, atende diretamente uma população de mais de 3 milhões de habitantes.



STATUS: -

Atualizado em 08/09/2025

Trecho
Curitiba/PR - Florianópolis/SC

Extensão
405,9 km

Capex
R$ 8,59 bi
R$ 4,95 bi (VPL)

Opex
R$ 4,94 bi
R$ 2,33 bi (VPL)

WACC
10,61% a.a.

Estimativa de empregos
135.035
(direto, indireto, efeito-renda)

TKM (PS)
0,1165

Cargas Gerais (CG)

Edital
2027

Leilão
2027

Duplicação:	-
Faixa Adicional:	**97,93 km**
Contorno:	-
Marginais:	**23 km**
Praças a implantar:	-
Praças existentes:	-
Pórticos a implantar:	-

Obras relevantes:
3 Retornos em Desnível, 1 OAE, 9 Passarelas, 1 SAL, 1 Área de Escape, 1 Balança WIM, 1 PRF.

CAPEX/Km (milhões/km):	**R$ 18,23**
OPEX/Km (milhões/km):	**R$ 12,18**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa):	**R$ 0,14**
Custos duplicação (milhões/km):	-
Fluxo de Caixa Acumulado:	**R$ 2,57 bilhões**
Receita Bruta:	**R$ 19,93 bilhões**
Receita Bruta (VPL):	**R$ 9,32 bilhões**
CAGR Tráfego:	**2,19 % a.a.**

Data-base: mar/2023

CAPEX/Receita (VPL):
53,1%

VEQ/dia/praça:
40.896

Ciclo de Obras:
1º ao 14º ano

Capital Social Mínimo Obrigatório:
Em revisão

Garantia da Proposta:
Em revisão

Garantia de Execução do Contrato:
Em revisão

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
364	**813**	**954**	**1.316**	**1.386**	**783**	**638**	**315**	**269**	**382**

CAPEX em R$ Milhões

CRONOGRAMA 2026

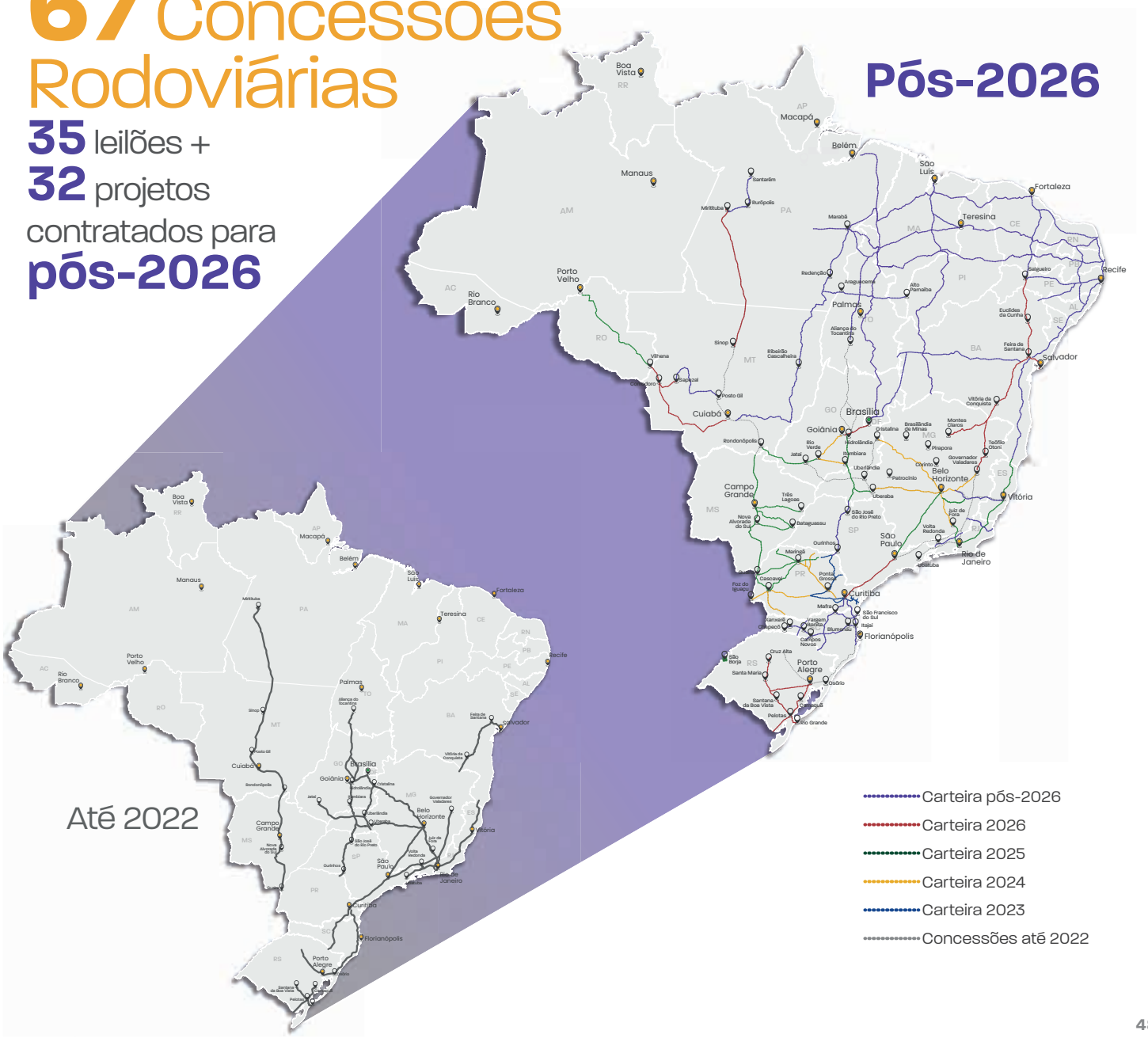
	PROJETOS	Estruturador	Até 2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	**Rotas Gerais** BR-116/251/MG	BNDES	Edital 19/12			Leilão 31/03	✓								
2	**Rota dos Sertões** BR-116/324/BA/PE	BNDES	TCU		Edital 13/02			Leilão 28/05	✓						
3	**Otimização Rodovia Rêgis Bittencourt** BR-116/SP/PR	OTIMIZAÇÃO	CP				Edital 14/04			Leilão 23/07	✓				
4	**Otimização Rota Arco Norte** BR-163/MT/PA	OTIMIZAÇÃO								Edital 17/07	✓			Leilão 12/11	
5	**Otimização Rota do Pequi** BR-060/153/DF/GO	OTIMIZAÇÃO									Edital				Leilão
6	**Rota Agro Central** BR-070/174/364/MT/RO	BNDES	TCU								Edital				Leilão
7	**Rota 2 de Julho** BR-116/324/BA	Infra S.A.	AP	TCU 30/01								Edital			Leilão
8	**Rota Integração do Sul** BR-116/158/290/392/RS	BNDES								TCU		Edital			Leilão
9	**Rota Portuária do Sul** BR-116/392/RS	Infra S.A.			AP					TCU		Edital			Leilão
	Rodovias Integradas de SC - Lote 01 BR-153/282/470/SC	Infra S.A.					AP				TCU				Edital
	Rodovias Integradas de SC - Lote 03 BR-153/282/480/SC	Infra S.A.					AP				TCU				Edital
	Rota Vale do Café BR-393/RJ	Infra S.A.									AP		TCU		
	Otimização Rodovia Transbrasiliana BR-153/SP	OTIMIZAÇÃO										TCU			CP
	Otimização Rota Planalto Sul BR-116/PR/SC	OTIMIZAÇÃO										TCU			CP
	Otimização Rota Litoral Sul BR-116/376/PR e BR-101/SC	OTIMIZAÇÃO													

CP: Consulta Pública **AP:** Audiência Pública **TCU:** Envio ao Tribunal de Contas da União **Edital:** Publicação do edital de licitação **Leilão:** Realização da sessão pública de leilão

PERSPECTIVA DE

67 Concessões Rodoviárias

35 leilões +
32 projetos
contratados para
pós-2026



CARTEIRA PÓS-2026

32 Estudos contratados

Estruturados pela Infra S.A. e pelo BNDES

- BR-280/SC - Rodovias Integradas de Santa Catarina - Lote 2
- BR-020/BA/DF/GO e BR-242/BA/TO
- BR-356/RJ/MG e RJ-240 Rota do Açu
- BR-155/158/MT/PA
- BR-070/158/MT
- BR-364/MT
- BR-135/316/MA
- BR-101/BA
- BR-235/MA/TO
- BR-262/MG/ES
- BR-282/SC
- BR-285/RS
- BR-367/MG
- BR-392/RS
- BR-438/486/RS/SC
- BR-070/158/MT
- BR-040/DF/GO
- BR-020/CE
- BR-222/CE
- NE.1 - BR-101/BA/SE e BR-235/SE
- NE.2 - BR-101/ SE/AL/PE
- BR-232/PE
- NE.4 - BR-101/PB/PE e BR-230/PB BR-101/PB/PE
- NE.5 - BR-101/PB/RN, BR-304/CE e BR-116/CE
- BR-010/MA/PA
- BR-135/MA
- BR-153/PA/TO
- BR-226/PI/MA/TO
- BR-104/PB/PE/AL
- BR-116/PB/CE/PE
- BR-423/PE/AL

CONCESSÕES DE RODOVIAS
2023 a 2026 (previsto e realizado)

32 leilões
16.046 km
3.929 km duplicação
3.370 km faixa adicional

R$ 360 bi
R$ 214 bi + R$ 146 bi
(CAPEX) (OPEX)

2023	2024	2025	2026
2 leilões 1.078 km	**7 leilões** 3.221 km	**13 leilões** 6.279 km	**10 leilões** 5.487 km
R$ 30,3 bi ◦ R$ 18,7 bi ◦ R$ 11,6 bi	**R$ 81,6 bi** ◦ R$ 48,1 bi ◦ R$ 33,5 bi	**R$ 135,2 bi** ◦ R$ 81,6 bi ◦ R$ 53,6 bi	**R$ 113 bi** TOTAL ◦ R$ 65,3 bi CAPEX ◦ R$ 47,2 bi OPEX
694 km duplicação	**951 km** duplicação	**1.331 km** duplicação	**953 km** duplicação
349 km faixa adicional	**789 km** faixa adicional	**1.182 km** faixa adicional	**1.049 km** faixa adicional

FICHA TÉCNICA

VIVIANE ESSE

Secretária Nacional de Transporte Rodoviário

Gabinete da Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário - GAB-SNTR

RODRIGO DE PAULA CHIARI
Diretor de Programa / Secretário Nacional de Transporte Rodoviário - Substituto

ANDERSON LESSA LUCAS
Diretor de Programa

MIRIAN RAMOS QUEBAUD
Gerente de Projeto / Tradutora

FRANCISCA ESTER DA ROCHA BROCHADO
Chefe de Gabinete

RAMON SAYMON OLIVEIRA
Chefe de Gabinete Substituto / Tradutor

ARIANNE TOLEDO DE PAFFER
Assessora Técnica

Departamento de Outorgas Rodoviárias - DOUT/SNTR

FERNANDA DE GODOY PENTEADO
Diretora do Departamento de Outorgas Rodoviárias

ANDERSON SANTOS BELLAS
Coordenador-Geral de Concessões e Serviços Rodoviários / Diretor do Departamento de Outorgas Rodoviárias - Substituto

PATRÍCIA THEODOROVSKI GARBIN CASTANHA
Coordenadora- Geral de Outorgas e Delegações Rodoviárias

JHONY MARTINS LUCAS DE OLIVEIRA
Gerente de Projeto

EDNILSON OLIVEIRA FERREIRA
Coordenador de Concessões e Serviços Rodoviários

DIEGO DE ARAUJO ZUZA
Coordenador de Outorgas e Delegações Rodoviárias

NYLTON MARIO RAMOS VALENCA JUNIOR
Coordenador de Outorgas e Delegações Rodoviárias

Departamento de Obras Públicas - DOP/SNTR

ALLAN MAGALHÃES MACHADO
Diretor de Obras Públicas

MARIANA CAMPOS PORTO
Coordenadora-Geral de Obras Públicas / Diretora de Obras Públicas - Substituta

ELIETE RIBEIRO DOS SANTOS
Gerente de Projeto

ROGERIO LEZINO COSTA LEITE
Gerente de Projeto

EVERTON CORREIA DO CARMO
Gerente de Projeto

ENEAS DA SILVA GHIOTTO
Coordenador de Planejamento e Monitoramento de Obras Públicas

EMANUEL FROTA FONTELES
Coordenador de Planejamento

JOAQUIM CARLOS SOUTINHO NETO
Coordenador de Informações

Arte, projeto gráfico e diagramação

FERNANDO FUSARO
Designer gráfico

Imagens: Acervo de fotos do Ministério dos Transportes